DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8154 • SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

OAB aponta inconstitucionalidade flagrante do PL do aborto

Política Pág.03

"Projeto é atroz, degradante, retrógrado e persecutório a meninas e mulheres"

Parecer do Conselho Pleno da OAB, aprovado ontem, 17, por aclamação, aponta como inconstitucional, inconvencional e ilegal o PL aprovado na Câmara que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao homicídio. "Absoluta desproporcionalidade e falta de razoabilidade da proposição legislativa em questão, além de perversas misoginia e racismo", afirma o documento. O parecer considera ainda que o PL remonta à Idade Média, sendo "atroz, degradante, retrógrado e persecutória a meninas e mulheres". De acordo com a Ordem, "[o PL] obriga meninas e mulheres, as principais vítimas de estupro, a duas opções: ou ela é presa pelo crime de aborto, cujo o tratamento será igual ao dispensado ao crime de homicídio simples, ou ela é obrigada a gerar um filho do seu estuprador".

(Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

Texto é de autoria do deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL/RJ).

Esportes Pág.07

Leila revela toda a verdade sobre sua relação com Dudu: "O Ciclo chegou ao fim"

Contexto Jurídico Pág.10

Reviravolta judicial: STF interrompe processo seletivo no TJ-PI para advogado

Geral Pág.06

Preso em Brasília, Eurípedes Gomes passa por audiência de custódia

Além do exame de corpo de delito, o presidente licenciado do partido Solidariedade, Eurípedes Gomes Júnior - preso preventivamente em Brasília, após se entregar à PF no sábado, 15, depois de três dias foragido - passou no domingo, 16, por audiência de custódia.

Política Pág.03

Audiência de conciliação no STF deve pôr fim ao orçamento secreto

O orçamento secreto, esquema criado durante o governo Bolsonaro e declarado inconstitucional pelo STF no final de 2022, deverá ter fim em audiência pública a ser realizada em 1º de agosto, por determinação do ministro da Corte Flávio Dino. Segundo ele, "todas as práticas viabilizadoras do orçamento secreto devem ser definitivamente afastadas".

Cidades Pág.13

Governo do Rio Grande do Sul cadastra mais de 3,1 mil imóveis para famílias atingidas pelas chuvas

Cultura Pág.11

Retratos pintados por Tarsila do Amaral serão destaque em nova exposição no Museu Republicano

Economia Pág.04

PIB cresceu 5,1% ante abril de 2023, mas recuou 0,1% frente a março

(Foto: Divulgação/CNI)

O índice acumulado nos 12 meses terminados em abril ficou positivo em 2,7%.

O PIB brasileiro cresceu 5,1% em abril de 2024 ante abril do ano passado, mas recuou 0,1% frente a março, segundo o Monitor do PIB da FGV. O índice acumulado nos 12 meses terminados em abril ficou positivo em 2,7%.

ENDEREÇOS DO PAÍS

O BRASIL POSSUI

- **111 milhões** de endereços únicos
- **107 milhões** de endereços oficiais
- **24,3 milhões** de endereços sem número

- **72 milhões** de ruas
- **10,7 milhões** de avenidas
- **7 milhões** de estradas
- **3 milhões** de travessas
- **1,6 milhões** de rodovias

2,7 milhões de endereços em ruas, estradas, travessas e rodovias sem nome

CIDADES COM A MAIOR NÚMEROS DE ENDEREÇOS SEM NUMERAÇÃO

Cidade	Endereços
Brasília	1,2 milhão
Goiânia	526 mil
Rio de Janeiro	280 mil

NOMES DE RUAS MAIS COMUNS

Nome	Quantidade
"Principal"	226.289
"Santo Antônio"	219.377
"São José"	219.139

FONTE Censo 2022/ IBGE

® INFOGRAFFO

Economia Pág.04

Produção de petróleo cai 80 mil barris/dia com greve do Ibama

O Brasil está produzindo 80 mil barris por dia de petróleo a menos do que poderia, ou R$ 200 milhões em arrecadação de impostos por mês devido à greve do Ibama, que já dura 160 dias. A perda de receita se dá por projetos que não receberam licença para entrar em operação.

Política Pág.03

Fundos eleitoral e partidário gastaram R$ 26 mi com candidatos barrados

Candidatos considerados inaptos receberam R$ 27,5 milhões dos fundos eleitoral e partidário nas eleições de 2020. Do montante, só R$ 1,4 milhão foi devolvido aos partidos ou redirecionado a outros concorrentes. O prejuízo aos cofres públicos deve ser ainda maior nas eleições deste ano, já que o fundo eleitoral atinge a cifra de R$ 4,9 bilhões, ante R$ 2 bilhões liberados há quatro anos.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

ESPORTES

Leila explica polêmica com Dudu e garante: 'O Ciclo chegou ao fim'
https://shre.ink/Dim3

Internacional Pág.05

Netanyahu dissolve gabinete de guerra em Israel após saída de general e pressão de ala radical

Internacional Pág.05

Exército israelense anuncia 'pausa tática' no sul de Gaza

Leis e Projetos Pág.02

Autismo: comissão dá passo importante contra discriminação

Política Pág.03

Punições de deputados brigões são arquivadas pelo Conselho de Ética

Economia Pág.04

Focus amplia projeção do IPCA deste ano de 3,90% para 3,96%

Esportes Pág.07

Lesão de Bruninho preocupa seleção brasileira na Liga das Nações

Internacional Pág.05

Integridade do território ucraniano é base para acordos de paz, dizem 80 países em cúpula

Economia Pág.04

Febraban prevê alta de 0,7% da carteira de crédito em maio

Esportes Pág.07

Bia Haddad dá show e avança no ranking da WTA; Wild e Monteiro decepcionam

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,46%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,09%
TR pré	0,0676%
Taxa básica financeira - TBF	0,7681%
Ibovespa (pontos)	119.137
Poupança (mês)	0,53%
CDB pré 30 dias - ano	10,10%
CDB pré 90 dias - ano	10,16%
CDI acumulado - mês	0,43%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,4210/R$ 5,4210
Dolar turismo	R$ 5,4440/R$ 5,6240
Euro turismo	R$ 5,8180/R$ 5,8190

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Projeto aprovado inclui mulher com deficiência no rol exemplificativo da Lei Maria da Penha

A Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência aprovou o Projeto de Lei 4343/20, que propõe a inclusão da mulher com deficiência no rol exemplificativo constante da Lei Maria da Penha. Vamos explorar os principais pontos dessa proposta:

1. Objetivo:

• O projeto visa garantir que todas as mulheres, independentemente de suas características individuais, desfrutem dos direitos humanos fundamentais.

• Atualmente, a legislação já estabelece que toda mulher deve ter oportunidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental, e buscar aprimoramento moral, intelectual e social.

2. Inclusão no Rol Exemplificativo:

• A proposta busca explicitamente incluir a mulher com deficiência como um dos fatores diferenciadores na Lei Maria da Penha.

• Isso reforça a proteção legal e reconhece a vulnerabilidade específica enfrentada por mulheres com deficiência.

3. Relatora e Justificativa:

• A relatora, deputada Rosangela Moro (União-SP), destaca que a Lei Maria da Penha tem empoderado as mulheres, ensinando-as a se protegerem e a defenderem seus direitos judicialmente.

• A ampliação da divulgação dessas regras é essencial, especialmente porque muitas mulheres desconhecem seus direitos fundamentais.

4. Próximos Passos:

• O projeto seguirá tramitando em caráter conclusivo.

• Será analisado pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Essa iniciativa visa fortalecer a proteção e a dignidade das mulheres com deficiência, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Comissão aprova punições para pessoas e empresas que discriminarem pessoas com autismo

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovou uma proposta que visa combater a discriminação contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com o texto, qualquer ato discriminatório, seja por meio de comentários pejorativos, recusa, restrição ou exclusão, será punido.

As sanções previstas incluem:

• Advertência por escrito e encaminhamento do infrator para participar de palestras educativas sobre o TEA.

• Multa de um salário mínimo para pessoas físicas.

• Multa de cinco salários mínimos para empresas.

• Suspensão da participação em licitações públicas.

Além disso, o projeto responsabiliza agentes públicos que pratiquem atos discriminatórios no exercício de suas funções. Caso haja publicação de conteúdo discriminatório na internet, o material deve ser retirado imediatamente e os responsáveis serão punidos.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), que incluiu mudanças na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aprimorando aspectos técnicos da proposta original apresentada pelo deputado José Nelto (PP-GO).

Uma emenda aprovada pela comissão estabelece multas em dobro em caso de reincidência, visando tornar a aplicação das sanções mais justa e adequada.

O próximo passo é a análise conclusiva do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). : Fonte: Adaptado de "Agência Câmara de Notícias".

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Deputado Dr. Pinotti

Texto aprovado é substitutivo do relator, Geraldo Resende.

Viação e Transportes aprova projeto que cria medidas para incentivar o uso de veículos elétricos

A Comissão de Viação e Transportes aprovou o Projeto de Lei 2156/21, que visa estimular o uso de veículos elétricos. De acordo com a proposta aprovada, a instalação de pontos de carregamento privativos em edifícios novos será incentivada, em vez de obrigatória como originalmente previsto.

O texto estabelece a Política Nacional de Mobilidade Elétrica, com diretrizes como:

• Incentivos à aquisição de veículos elétricos.

• Viabilização de uma rede de pontos de carregamento de baterias.

• Facilitação da conversão de veículos a combustão para elétricos. Assegurar a comercialização de eletricidade para a mobilidade elétrica.

• Gestão das operações da rede de mobilidade elétrica.

O relator, deputado Neto Carletto (PP-BA), destaca que à medida que a eletromobilidade ganha tração e os eletropostos se tornam mais disponíveis, a demanda por essa operação naturalmente aumentará, considerando as vantagens da eletricidade em relação ao petróleo.

O projeto seguirá tramitando em caráter conclusivo e será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Previdência aprova licença-maternidade de 180 dias para bombeira e policial

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Allan Garcês, relator da proposta.

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que visa garantir direitos à maternidade e paternidade para policiais militares e bombeiros dos estados e do Distrito Federal. De acordo com o texto, os militares terão licença-maternidade de 180 dias e licença-paternidade de 20 dias, sem alteração salarial. Essa mesma regra se aplica à adoção de crianças de até um ano, com 60 dias de licença para adoções de crianças maiores de um ano.

O projeto, que é um substitutivo do relator, deputado Dr. Allan Garcês (PP-MA), unifica seis propostas (PLs 4808/16, 2218/19, 4377/21, 2567/23, 3140/23 e 1171/24). O relator destaca que essas propostas buscam proteger e garantir os direitos relacionados à maternidade e paternidade dos militares, considerando a importância fundamental de sua atuação na sociedade.

O texto também altera o Decreto-Lei 667/69, que reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros. Atualmente, cada estado e o DF têm a prerrogativa de definir em lei os direitos, vencimentos e vantagens dos policiais e bombeiros.

Algumas regras importantes do projeto incluem:

• A licença-maternidade poderá ser concedida em período anterior ao nascimento, se solicitado pelo médico.

• Em caso de natimorto ou aborto, a policial e a bombeira terão direito à licença para tratar da saúde.

• A militar que estiver de férias (ou licença especial) na época do parto terá direito aos 180 dias de descanso, acrescentados ao período que restar das férias interrompidas.

• O pai também terá direito a uma licença de 180 dias se assumir a guarda exclusiva da criança, seja por falecimento da mãe ou abandono do lar.

• Durante a gestação e no primeiro ano após o parto, a gestante poderá trabalhar na unidade mais próxima de sua casa. Além disso, terá direito a uma hora de descanso até o bebê completar 12 meses, podendo dividir esse período em dois intervalos de 30 minutos.

Essas medidas visam valorizar e apoiar os militares em suas responsabilidades familiares, reconhecendo a relevância de seu trabalho para a sociedade.

Comissão de Trabalho aprova proposta de piso salarial de R$ 6,5 mil para farmacêuticos

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que estabelece o piso salarial nacional para farmacêuticos legalmente habilitados e em exercício da profissão.

De acordo com o texto, o valor fixado é de R$ 6,5 mil. Além disso, haverá um adicional de 10% do piso para o farmacêutico designado como responsável técnico (RT) em estabelecimentos.

O relator do projeto, deputado Airton Faleiro (PT-PA), orientou a aprovação do substitutivo adotado anteriormente na Comissão de Saúde. Esse substitutivo reúne partes do Projeto de Lei (PL) 1559/21, proposto pelo ex-deputado André Abdon (AP), e de outros projetos apensados (PLs 2028/21, 3502/21 e 799/22).

Airton Faleiro destacou que os farmacêuticos são profissionais que trabalham sob grande pressão e estresse. Ele ressaltou a importância de definir um piso salarial para as categorias da saúde, visando melhorar as condições de trabalho. Segundo o relator, um profissional bem remunerado não precisará buscar múltiplos empregos para complementar sua renda, como frequentemente ocorre atualmente.

Após a aprovação, o piso salarial será corrigido com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado desde junho de 2022. Os reajustes serão anuais e sempre seguirão o INPC como referência. O piso entrará em vigor imediatamente, garantindo a manutenção das remunerações superiores já existentes.

O projeto segue tramitando em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova pensão para mãe ou pai de pessoa com doença rara incapacitante

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que visa garantir direitos à maternidade e paternidade para cuidadores de pessoas diagnosticadas com doença rara incapacitante. Vamos detalhar os principais pontos do projeto:

1. Pensão Especial:

• A pensão especial será mensal, vitalícia e intransferível.

• Seu valor será equivalente a um salário mínimo.

• Destina-se aos cuidadores que prestam assistência em tempo integral sem remuneração.

2. Acumulação e Benefícios Sociais:

• A pensão não poderá ser acumulada com indenizações pagas pela União, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou pensões e benefícios de proteção social dos militares.

• No entanto, a pessoa com doença rara poderá continuar recebendo o BPC ou outros benefícios sociais.

3. Requisitos:

• O cuidador deve dedicar-se em tempo integral à criança ou adolescente, cuidando de sua alimentação, higiene e locomoção.

• Caso haja abandono do cuidado, a pensão será suspensa.

4. Procedimento:

• O pedido da pensão deve ser feito ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

• A concessão dependerá de perícia médica para constatar a doença rara incapacitante e a dependência da pessoa para sobreviver, com reavaliação a cada dois anos.

5. Origem do Projeto:

• O texto aprovado é um substitutivo elaborado pela deputada Chris Tonietto (PL-RJ), que incorpora elementos de três propostas anteriores.

• O projeto original, do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), garantia a pensão apenas enquanto a pessoa com doença rara fosse criança.

Segundo a deputada Tonietto, muitos cuidadores sacrificam suas vidas para prestar assistência e acabam sem renda e condições de trabalho. O benefício visa assegurar um mínimo de cidadania aos responsáveis pelas pessoas com doença rara.

(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Texto aprovado é substitutivo da relatora, Chris Tonietto.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNDAÇÃO VANZOLINI – TIRAGEM AUDITADA – ANATEC

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

OAB diz que PL do aborto é flagrantemente inconstitucional e atroz

O Conselho Pleno da OAB aprovou ontem (17), por aclamação, um parecer que define como inconstitucional, inconvencional e ilegal o projeto de lei (PL) que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao homicídio. Com 81 membros, o Conselho da OAB é o órgão máxima da instituição que representa a advocacia brasileira.

"Absoluta desproporcionalidade e falta de razoabilidade da proposição legislativa em questão, além de perversas misoginia e racismo. Em suma, sob ótica do direito constitucional e do direito internacional dos direitos humanos o PL 1904/2024 é flagrantemente inconstitucional, inconvencional e ilegal", afirma o parecer.

O documento considera ainda que o PL remonta à Idade Média, sendo "atroz, degradante, retrógrado e persecutória a meninas e mulheres". De acordo com o parecer, "[o PL] obriga meninas e mulheres, as principais vítimas de estupro, a duas opções: ou ela é presa pelo crime de aborto, cujo o tratamento será igual ao dispensado ao crime de homicídio simples, ou ela é obrigada a gerar um filho do seu estuprador".

(Foto: Câmara dos Deputados)
Texto é de autoria do deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL/RJ).

O Conselho votou a favor do parecer produzido por comissão formada por cinco representantes da OAB, todas mulheres, lideradas pela conselheira da Silvia Virginia Silva de Souza, atual presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

"75 mil estupros por ano, 58 mil desses estupros contra meninas de até 13 anos, 56% negras. O retrato das vítimas deste projeto de lei, se aprovado, são meninas pobres e negras que tem voz aqui, sim, nesse plenário. Eu vim desse lugar", disse Silvia de Souza durante a sessão do Conselho da OAB.

O parecer foi feito à pedido do presidente da Ordem, Beto Simonetti, que destacou que o documento aprovado hoje não é uma mera opinião da instituição.

Candidatos barrados custaram R$ 26 milhões em 2020; gasto deve ser maior na eleição de outubro

A adoção do financiamento público das campanhas, a ausência de uma regra mais rigorosa para a distribuição interna dos partidos e o prazo curto de análise dos registros pela Justiça Eleitoral possibilitam o desperdício de milhões de reais a cada nova eleição. Parte dos recursos é usada pelas legendas para bancar candidaturas inviáveis nas urnas e que, durante a campanha ou somente após o resultado ser declarado, tiveram a participação vetada na Justiça.

Dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tabelados pelo Estadão mostram que candidatos considerados inaptos receberam R$ 27,5 milhões dos fundos eleitoral e partidário nas eleições de 2020. O número considera apenas repasses diretos nas contas dos candidatos. Do montante, só R$ 1,4 milhão foi devolvido aos partidos ou redirecionado a outros concorrentes, o que permite estimar que essas campanhas inócuas consumiram efetivamente algo em torno de R$ 26 milhões somente naquele ano

O prejuízo aos cofres públicos deve ser ainda maior nas eleições de 2024, na medida em que o fundo eleitoral atinge a cifra de R$ 4,9 bilhões, mais do que o dobro dos R$ 2 bilhões liberados há quatro anos. Com mais dinheiro em caixa, aumentam as chances de um valor maior de recursos parar na conta de candidatos indeferidos, cassados e que abandonam a campanha no meio do caminho.

TSE acata sugestão da CGU e faz alteração no código-fonte da urna eletrônica

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fez um aperfeiçoamento na urna eletrônica, sugerido pela Controladoria-Geral da União (CGU). A mudança aconteceu após o código-fonte das urnas ser inspecionado por três desenvolvedores da área de tecnologia da informação da CGU durante a última semana.

A proposta de alteração partiu do desenvolvedor Everton Ramos, que já havia participado da inspeção em 2022, também pela CGU. "Era uma camada extra de validação na etapa de totalização dos votos. Já havia muitas etapas de validação, mas percebemos que essa validação dos hashes (resumos digitais) dos arquivos dos dados utilizados na totalização reforçava aquela etapa", explicou.

O procedimento era parte do Ciclo de Transparência - Eleições de 2024, que levou cerca de 35 horas de inspeção, entre a última segunda-feira, 10 e sexta-feira, 14. O objetivo é garantir a fiscalização, por parte de órgãos e entidades legitimados, do sistema eletrônico que assegura as eleições no País.

Os técnicos do TSE abriram uma urna eletrônica para que a equipe da CGU pudesse observar o hardware em detalhes e conhecer as peças internas do equipamento e o seu sistema. "Temos quatro processadores e nenhuma conexão online na urna", disse Rafael Azevedo, coordenador de Tecnologia Eleitoral do TSE.

Além da controladoria, a Sociedade Brasileira de Computação (SBC), o Senado e o partido União Brasil já enviaram especialistas para testar e verificar as urnas para as eleições municipais deste ano. Não houve contestação por parte de nenhum dos verificadores. Atualmente, o TSE tem 571.020 urnas aptas a serem utilizadas em sessões de votação por todo o Brasil.

No STF, Dino marca audiência de conciliação sobre orçamento secreto para 1º/8

(Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF)
Dino passou a ser relator do processo porque sucedeu a ministra Rosa Weber na Corte.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a realização de audiência de conciliação para assegurar o fim do orçamento secreto, esquema declarado inconstitucional pela Corte no final de 2022. O ministro enfatizou que "todas as práticas viabilizadoras do orçamento secreto devem ser definitivamente afastadas". A audiência será realizada no dia 1ª de agosto, às 10h.

"Fica evidenciado que não importa a embalagem ou o rótulo (RP 2, RP 8, emendas pizza etc.). A mera mudança de nomenclatura não constitucionaliza uma prática classificada como inconstitucional pelo STF, qual seja, a do orçamento secreto", pontuou o ministro na decisão.

Dino passou a ser relator do processo porque sucedeu a ministra Rosa Weber na Corte. O ministro foi provocado pela Associação Contas Abertas, pela Transparência Brasil e pela Transparência Internacional, que participam da ação como "amicus curie" (amigos da Corte). As entidades noticiaram "elementos que configuram a persistência do descumprimento da decisão adotada por esta Corte".

Entre esses elementos está o uso indevido das emendas do relator-geral do Orçamento para incluir novas despesas no orçamento, as chamadas "emendas Pix", distribuídas com baixa transparência e controle, e o descumprimento da determinação de publicar informações relativas à autoria e aplicação das emendas "RP 9".

Em abril, ele pediu para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se manifestarem sobre o cumprimento da decisão que declarou a inconstitucionalidade do orçamento secreto.

Foram convidados para participar da audiência de conciliação o procurador-geral da República, Paulo Gonet; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas; o advogado-geral da União Jorge Messias, os chefes da Advocacia do Senado e da Câmara e o advogado do Psol, autor da ação.

Juiz acusado de mudar decisão para favorecer filho é aposentado com salários

Por unanimidade, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça aposentou compulsoriamente o juiz Pedro Jorge Melro Cansanção, da 13ª Vara Cível de Alagoas, por alterar a minuta de uma decisão de outra vara, em um processo que não estava sob sua responsabilidade, e no qual seu filho atuava como advogado.

A reportagem do Estadão pediu ao Tribunal de Justiça de Alagoas manifestação de Cansanção. O espaço está aberto.

O CNJ reviu medida de advertência que havia sido imposta ao magistrado pelo TJ estadual e aplicou a aposentadoria compulsória - na prática, o juiz se aposenta com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Pedro Jorge Melro Cansanção foi formalmente intimado da decisão na manhã de ontem, 17. O julgamento do caso ocorreu na última sessão plenária do CNJ, na terça, 11, e o acórdão foi publicado na sexta, 14.

O magistrado já foi alvo de 30 procedimentos no CNJ entre casos já arquivados e outros ainda em andamento.

Ao analisar o processo que debruçava sobre a alteração de minuta de decisão, o CNJ entendeu que a advertência aplicada pela Corte alagoana é incompatível com a conduta de Cansanção.

A defesa do magistrado argumentou que não cabia revisão disciplinar, vez que a decisão do Tribunal estadual não contraria nenhuma norma em vigor.

O relator da revisão no CNJ, conselheiro Pablo Coutinho Barreto, argumentou que os atos imputados ao magistrado são 'extremamente graves' e a advertência aplicada é 'excessivamente branda e desproporcional às evidências'.

Barreto destacou que, segundo as provas, a alteração partiu do computador do magistrado no TJ, 'dando ênfase ao prejuízo causado à imagem do Judiciário alagoano'. Ainda indicou que a omissão dos dados poderia até ser enquadrada criminalmente.

Também nesta segunda, 17, Pedro Jorge Melro Cansanção foi intimado de uma outra condenação que lhe foi imposta pelo CNJ na mesma sessão do dia 11 - o colegiado colocou o magistrado em disponibilidade com proventos proporcionais ao tempo de serviço por 'prolatar decisões para favorecer parte, descumprir ordens, falta de urbanidade com associações e violar o dever de imparcialidade e isonomia'.

Neste caso, a defesa de Cansanção alegou que não existia conduta irregular do juiz, e que a matéria seria 'meramente jurisdicional'.

A Associação dos Magistrados Brasileiros também argumentou pela improcedência do processo ou por uma medida mais branda.

O procedimento versava sobre a atuação do juiz no bojo de recuperação judicial de uma empresa de engenharia, ação que tramitava na 13ª Vara Cível de Alagoas.

Associações interessadas pretendiam acompanhar o processo, mas o magistrado negou o pedido. Ele condenou as entidades por 'ma-fé' Sua decisão foi revertida em segundo grau, mas mesmo após a revogação, o magistrado expediu ofício para instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público para uma eventual investigação sobre os representantes das associações.

Com a palavra, o juiz Pedro Jorge Melro Cansanção

A reportagem do Estadão pediu manifestação do juiz Pedro Jorge Melro Cansanção por meio de contato com o Tribunal de Justiça de Alagoas, o que não havia ocorrido até a publicação deste texto. O espaço está aberto.

Conselho de Ética arquiva punições de deputados brigões; clima fica tenso

Com apenas um ano e quatro meses de atividades, a atual legislatura da Câmara dos Deputados já registrou mais de duas dezenas de incidentes de brigas - físicas e verbais - entre parlamentares durante o exercício da atividade política. Responsáveis por avaliar a punição dos colegas por quebra de decoro, os deputados integrantes do Conselho de Ética julgaram 29 representações entre 2023 e 2024 e arquivaram todos os casos, aplicando a pena máxima de censura verbal ou escrita aos deputados infratores. Essa improdutividade levou o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a criar a suspensão cautelar como novo método de punição.

A suspensão cautelar proposta por Lira e aprovada pela Câmara na quarta-feira passada dá à Mesa Diretora o poder de sugerir a suspensão do mandato de deputados brigões em até seis meses, com prazos curtos para o julgamento.

(Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados)
Essa improdutividade levou o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a criar a suspensão cautelar como novo método de punição

Seguindo o rito deste novo recurso, o Conselho de Ética será responsável por julgar a decisão da Mesa em até três dias após a comunicação, com a possibilidade de recurso no plenário, que apreciará o caso na sessão imediatamente subsequente. São necessários 257 votos para manter a decisão da Mesa, que é composta pelo próprio Lira, os dois vice-presidentes e os quatro secretários.

O presidente do colegiado, Leur Lomanto Júnior (União Brasil-BA), diz que o Parlamento vive um "grave momento" frente ao grande número de brigas.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

Monitor do PIB da FGV aponta queda de 0,1% em abril ante março

O PIB brasileiro recuou 0,1% em abril ante março, segundo o Monitor do PIB, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). Na comparação com abril de 2023, houve crescimento de 5,1% em abril de 2024. A taxa acumulada nos 12 meses encerrados em abril ficou positiva em 2,7%.

"A economia apresentou estabilidade em abril na comparação com março. Esse resultado mostra uma perda de ritmo de crescimento da atividade após bom desempenho no início do ano.

Apesar disso, na comparação com abril de 2023, o resultado é de crescimento expressivo da economia (5,1%) disseminado em diversos componentes, como os investimentos, a indústria, o consumo, as exportações e as importações. Tal comportamento indica uma perda de fôlego em comparação ao início do ano, porém ainda superior ao do mesmo período de 2023", avaliou Juliana Trece, coordenadora do Monitor do PIB - FGV, em nota oficial.

O Monitor do PIB antecipa a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das Contas Nacionais.

(Foto: EBC)

No trimestre móvel terminado em abril de 2024 ante o trimestre móvel até abril de 2023, o PIB cresceu 2,8%.

No trimestre móvel terminado em abril de 2024 ante o trimestre móvel até abril de 2023, o PIB cresceu 2,8%. Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias cresceu 5,5% no período, com resultados positivos em todos os componentes, especialmente nos serviços e nos bens não duráveis.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) teve uma elevação de 4,8% no trimestre até abril de 2024 ante o mesmo período do ano anterior.

"Todos os componentes da FBCF contribuíram positivamente para esse crescimento", informou a nota do Monitor do PIB.

IBC-BR | PRÉVIA DO PIB — DADOS DE ABRIL/24

EVOLUÇÃO *Em %, ante mês anterior* — 2023 / 2024

A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A
1,18	-1,6	0,26	0,28	-0,55	0,01	0,02	0,11	0,72	0,6	0,36	-0,36	0,01

Obs.: Com ajuste sazonal.

Em doze meses, o IBC-Br **avançou 1,81%** | Índice registrou **alta de 2,08%** nos primeiros quatro meses de 2024

FONTE Banco Central — INFOGRAFFO

IBP: Greve do Ibama já impacta produção de 80 mil barris/dia, ou R$ 200 milhões

A greve do Ibama já está fazendo o Brasil produzir 80 mil barris por dia de petróleo a menos do que poderia, ou R$ 200 milhões em arrecadação de impostos por mês, informou o presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Roberto Ardenghy, em evento promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide).

"A greve do Ibama já está durando 160 dias, está impactando muito o setor. Nós começamos com uma redução de 5 a 10 mil barris por dia e batemos na semana passada, na sexta-feira, 80 mil barris por dia....isso dá um impacto de deixar de arrecadar R$ 200 milhões por mês", informou. Segundo Ardenghy, a perda de receita se dá por projetos que não receberam licença para entrar em operação, e isso tem um efeito que vai ser contínuo até o assunto se resolver, disse o executivo.

"Agora com a greve da ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis estamos em uma tempestade perfeita, os dois principais órgãos que regulam o setor estão ou em situação de mobilização ou de greve, e isso é muito sério para a indústria", ressaltou.

Ardenghy informou que o IBP solicitou reunião com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e com a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para discutir.

Crédito deve crescer 0,7% em maio ante abril, aponta pesquisa da Febraban

A carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) deve crescer 0,7% em maio na comparação com abril deste ano, de acordo com a Pesquisa Especial de Crédito da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Na comparação com maio de 2023, o crescimento deve chegar a 8,9%, contra 8,7% em abril, no que seria a quarta aceleração consecutiva.

Na margem, o crescimento deve ser puxado pela carteira de crédito para pessoas físicas, com alta de 0,9% em relação a abril influenciada pelas linhas com recursos livres (+1%). As estimativas apontam que o desempenho do cartão de crédito à vista deve ser melhor, graças ao consumo das famílias, bem como as linhas de financiamento de veículos, favorecidas pela queda dos juros.

O crédito para pessoas jurídicas deve crescer menos, 0,3%, sustentado pela carteira de recursos direcionados, com alta de 0,9% em relação ao mês anterior. O programa Acredita, do governo federal, deve contribuir para o desempenho, em especial pelo Desenrola Pequenos Negócios.

Em base anual, a pesquisa aponta para um crescimento de 11% no crédito para pessoas físicas, e de 5,6% nas carteiras para pessoas jurídicas. Em ambos os casos, a expectativa é de alta puxada pelas linhas com recursos direcionados, o que inclui o crédito imobiliário, por exemplo.

É preciso uma proposta 'perene' para compensar renúncia fiscal da desoneração, diz Padilha

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse nesta segunda-feira, 17, que as propostas apresentadas pelo Senado para compensar a renúncia fiscal provocada pela desoneração da folha de pagamentos podem "compor a cesta" dessas medidas, mas que é preciso ter ao menos uma proposta "perene" (ou seja, que dará recursos para os próximos anos, e não apenas em 2024).

"Elas (propostas apresentadas pelo Senado) podem compor a cesta, mas precisa de uma fonte perene. Podem até surgir novas propostas que componham a cesta (de medidas para compensar desoneração), mas precisa ter algo que vai ser perene e que dure o tempo necessário da reoneração gradual", afirmou Padilha, ao lado dos líderes do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE), após reunião deles com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro disse que o governo continua aberto para dialogar com os setores econômicos sobre essa forma de compensação e que o papel do Ministério da Fazenda é ouvir propostas e analisá-las. Padilha também afirmou que essa medida precisa garantir recursos já a partir deste ano, e não somente no futuro.

"Governo reafirmou, discutiu isso com judiciário, que só pode ter queda da contribuição previdenciária se apresentar fonte perene. Não adianta ter uma fonte de recursos para este ano", argumentou o ministro.

O Senado apresentou, na semana passada, uma série de medidas, entre elas a repatriação de recursos mantidos no exterior, um refis de multas de agências reguladoras, uso de dinheiro esquecido no sistema financeiro e uso de depósitos judiciais que estão sem titularidade.

Questionado sobre uma possível alteração no arcabouço fiscal, o ministro das Relações Institucionais respondeu que o governo tem compromisso com o atual arcabouço e que haverá esforço para cumprir as metas estabelecidas.

"Ainda não chegou nenhuma proposta para o Orçamento do ano que vem. Quando chegar, será tratado dessa forma. Temos compromisso com o arcabouço fiscal e temos esforço pelas metas ousadas estabelecidas. Vamos provar que o governo Lula é o que melhor combina responsabilidade social e fiscal", alegou Padilha.

IPCA para 2024 sobe de 3,90% para 3,96% e para 2025, de 3,78% para 3,80%

(Foto: EBC)

Na semana de definição da taxa de juros do País, a expectativa para a inflação deste ano foi elevada pela sexta semana consecutiva no Relatório de Mercado Focus divulgado ontem, 17.

A projeção de 2024 passou de 3,90% para 3,96%. Um mês antes, a mediana era de 3,80%. Para 2025, foco principal da política monetária, a projeção subiu de 3,78% para 3,80%, ante 3,74% de um mês atrás.

Considerando as 122 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para 2024 passou de 3,93% para 3,96%. Para 2025, a projeção passou de 3,77% para 3,83%, considerando 120 atualizações no período.

Para 2026, a projeção seguiu em 3,60% ante 3,50% de um mês atrás O governo já sinalizou a manutenção da meta de inflação em 3,0% para este e os próximos anos, mas ainda não publicou o decreto para regulamentar a meta contínua.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que o documento seria conhecido até o fim deste mês. A informação havia sido adiantada ao Estadão/Broadcast pelo secretário de Política Econômica, Guilherme Mello. No horizonte mais longo, de 2027, a estimativa seguiu em 3,50%, como está há 50 semanas.

As estimativas do Relatório de Mercado Focus continuam acima do centro da meta para a inflação, de 3,00%. O IPCA de 2023 ficou em 4,62%, abaixo do teto da meta (4,75%, para um centro de 3,25% no ano passado), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022.

O Comitê de Política Monetária (Copom) divulgou em maio projeção de 3,8% para o IPCA de 2024, depois de o indicador ter ficado em 3,5% nas reuniões anteriores, de dezembro, janeiro e março. Para 2025, a projeção também subiu, para 3,3%.

Projeção suavizada - Os economistas do mercado financeiro revisaram para baixo a expectativa para a inflação suavizada para os próximos 12 meses no Relatório de Mercado Focus desta semana de 3,63% para 3,61%, de 3,64% há um mês.

Elon Musk cogita parceria com Samsung para lançar celular com a marca 'X'

Elon Musk deu a entender que pode estar considerando uma parceria com a Samsung para lançar um smartphone próprio, apelidado de "Celular X". A declaração veio após a Apple anunciar, durante a Worldwide Developers Conference (WWDC) 2024, a integração do ChatGPT, chatbot de inteligência artificial (IA) da OpenAI, em seus dispositivos.

Em resposta a um tuíte que sugeria uma parceria entre sua empresa X (antigo Twitter) e a Samsung para desenvolver um "X Phone", Musk afirmou que a ideia "não está fora de questão". A possível colaboração com a Samsung seria uma forma do empresário competir diretamente com a Apple no mercado de smartphones e oferecer uma alternativa aos usuários supostamente preocupados com a privacidade de seus dados.

Respostas à Apple - Após o anúncio da parceria entre Apple e OpenAI, Musk reagiu à notícia, chamando-a de "violação de segurança inaceitável" e acusando a Apple de comprometer a segurança dos usuários. O bilionário chegou a ameaçar banir iPhones de suas empresas, como Tesla, SpaceX e SpaceX, alegando que a Apple "não tem ideia do que realmente está acontecendo" ao entregar dados à OpenAI.

A relação entre Musk e a OpenAI, criadora do ChatGPT, é complexa Musk foi um dos cofundadores da empresa em 2015, mas deixou o conselho em 2018. Desde então, ele tem sido um crítico da OpenAI, especialmente em relação à sua direção e esforços de comercialização.

Sobre o celular - Entre especificações imaginadas para o suposto "Celular X" estaria uma tela Oled de 6 polegadas, compatibilidade com a internet via satélite da Starlink, carregamento solar e poderia ser usado como controle remoto para os carros da Tesla.

No entanto, até o momento, tudo não passa de especulação. A Samsung não se pronunciou sobre o assunto e não forneceu informações concretas sobre o desenvolvimento do "Celular X" ou se a parceria realmente se concretizará.

União honra R$ 1,17 bilhão em dívidas garantidas em maio, diz Tesouro

A União honrou R$ 1,17 bilhão em dívidas garantidas dos entes subnacionais em maio, informou o Tesouro Nacional. Foram bancados R$ 755,78 milhões do Rio de Janeiro, outros R$ 231,12 milhões do Rio Grande do Sul - que teve o pagamento da dívida suspenso em decorrência das inundações que atingiram o Estado -, R$ 110,64 milhões de Minas Gerais e R$ 75,04 milhões de Goiás. Os dados constam no Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União em operações de crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado nesta segunda-feira, 17.

No ano, o valor acumulado de pagamento de dívidas garantidas de Estados e municípios já soma R$ 4,2 bilhões aos cofres do Tesouro. De acordo com o documento, no ano, o Estado do Rio de Janeiro é que concentra maior volume de pagamentos honrados: R$ 1,66 bilhão (39,53% do total). Na sequência vem Minas Gerais, que teve R$ 1,51 bilhão em pagamentos honrados pela União (36,04% do total).

O Rio Grande do Sul teve R$ 647,79 milhões em débitos garantidos (15,43%) e Goiás outros R$ 377,86 milhões (9% do total). Todos esses Estados estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que prevê que a União honre as operações de crédito garantidas sem a execução de contragarantias. Os valores não pagos pelos Estados são refinanciados em até 360 meses. No total, desde 2016, a União realizou honrou garantias que somam R$ 68,18 bilhões em operações de crédito de Estados e Municípios. O total de garantias recuperadas pela União desde 2016 é de R$ 5,63 bilhões. Não houve recuperação de garantias honradas pela União em maio de 2024.

O relatório aponta que o baixo volume de garantias recuperadas se dá pelo fato de a maior parte pertencer aos Estados que estão no RRF e contam com o benefício de suspensão temporária da execução da contragarantia. O documento também mostra que há R$ 1,90 bilhão que não podem ser recuperados e são de Estados que tiveram valores usados como compensação por perdas na arrecadação motivadas pela aprovação da lei que mudou as alíquotas do ICMS, em 2022 - essa medida vale para Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e Piauí.

O governo também não pode recuperar R$ 402,69 milhões em razão de decisões judiciais, obtidas pelo Estado do Maranhão e o município de Taubaté (SP).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Netanyahu dissolve gabinete de guerra em Israel após saída de general e pressão de ala radical

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, dissolveu o gabinete de guerra, criado nos primeiros dias do conflito com o grupo terrorista Hamas, na Faixa de Gaza, e vai concentrar as decisões sobre a ofensiva militar no enclave palestino no governo.

A decisão foi tomada ontem, 17, poucos dias após o político opositor Benny Gantz e o general Gadi Eisenkot abandonarem a estrutura governista, e em meio a pressões de setores da extrema direita do país para integrarem o gabinete.

Netanyahu comunicou a dissolução do gabinete aos demais integrantes na noite de domingo, 16, segundo fontes do governo israelense ouvidas por veículos de imprensa. As decisões sobre o conflito passariam agora para um grupo mais restrito a integrantes do governo.

Parte dos assuntos anteriormente tratados no gabinete serão transferidos para o gabinete de segurança do governo, de acordo com uma apuração inicial do jornal israelense Haaretz.

Decisões mais sensíveis serão abordadas em um fórum ainda mais exclusivo, formado por integrantes da cúpula do governo, incluindo o ministro da Defesa, Yoav Gallant, o ministro dos Assuntos Estratégicos, Ron Dermer, o chefe do Conselho de Segurança Nacional, Tzachi Hanegbi, e do presidente do partido Shas, Aryeh Deri. Gallant era parte do gabinete de guerra, enquanto Deri exercia papel de observador.

(Foto: EBC)

Netanyahu comunicou a dissolução do gabinete aos demais integrantes na noite de domingo, 16.

Apesar de fechar as decisões sobre o conflito na cúpula do governo, a medida de Netanyahu trava as pretensões da extrema direita israelense de entrar no gabinete de guerra.

Após as saídas de Gantz e de Eisenkot, os ministros da Segurança Interna, Itamar Ben-Gvir, e das Finanças, Belazel Smotrich, pressionaram o premier para serem considerados para ocupar as posições.

Tanto Ben-Gvir quanto Smotrich defendem uma posição linha-dura contra o Hamas e outras facções da resistência palestina na Cisjordânia.

Exército israelense anuncia 'pausa tática' no sul de Gaza

O exército de Israel anunciou neste domingo, 16, que vai interromper os combates durante o dia ao longo de uma rota no sul da Faixa de Gaza para liberar um acúmulo de entregas de ajuda humanitária destinada aos palestinos, no que chamou de "pausa tática na atividade militar".

O novo arranjo visa a reduzir a necessidade de coordenar as entregas, oferecendo uma janela ininterrupta de 11 horas por dia para que os caminhões entrem e saiam da passagem. O órgão descreveu em um comunicado que "uma pausa tática local da atividade militar para fins humanitários ocorrerá das 8h às 19h diariamente até novo aviso".

O movimento tem como objetivo permitir que os caminhões de ajuda cheguem à passagem de Kerem Shalom, controlada por Israel, e viajem com segurança para a rodovia Salah a-Din, a principal estrada norte-sul, disseram os militares. A passagem tem sofrido um gargalo desde que as tropas terrestres israelenses se mudaram para Rafah no início de maio.

A "pausa tática" anunciada pelos militares, que se aplica a cerca de 12 quilômetros de estrada na área de Rafah, fica muito aquém de um cessar-fogo completo no território sitiado, que tem sido buscado pela comunidade internacional, incluindo o principal aliado de Israel, os Estados Unidos.

Integridade do território ucraniano é base para acordos de paz, dizem 80 países em cúpula

Oitenta países pediram domingo, 16, que a "integridade territorial" da Ucrânia seja a base de qualquer acordo de paz para acabar com a guerra com a Rússia, durante a Cúpula de Paz, sediada pela Suíça no final de semana.

O comunicado conjunto encerrou uma conferência de dois dias em Burgenstock, na Suíça, marcada pela ausência da Rússia, que não foi convidada.

Cerca de 100 delegações, a maioria países do ocidente, participaram da conferência - e especialistas foram convidados para assistir e ver como os países se alinhariam para fazer o documento final do evento.

Índia, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos estavam entre os países que não assinaram o documento final, que focou em questões como segurança nuclear, segurança alimentar e a troca de prisioneiros.

O documento final afirma que a Carta das Nações Unidas e o "respeito à integridade territorial e à soberania (...) podem e servirão como base para alcançar uma paz abrangente, justa e duradoura na Ucrânia".

Analistas dizem que a conferência de dois dias provavelmente terá pouco impacto concreto em acabar com a guerra porque o país que lidera e continua o conflito, a Rússia, não foi convidado - por enquanto. Seus aliados chave - a China, que não compareceu, e o Brasil, que esteve presente como observador - concordaram em buscar rotas alternativas para a paz.

Na França, grupo de Macron tem 19% das intenções de voto e o de Le Pen, 33%, diz pesquisa Ifop

(Foto: EBC)

Macron conta em ter resultado melhor diante da união de outras forças contra a extrema-direita, nesse processo eleitoral.

A coalizão governista do presidente da França, Emmanuel Macron, tem 19% das intenções de voto, de acordo com a mais recente pesquisa Ifop, realizada a pedido de Le Journal du Dimanche, duas semanas antes do primeiro turno da eleição legislativa no país, em 30 de junho. Já o Reagrupamento Nacional, sigla de extrema-direita de Marine Le Pen, vinha com 33% das intenções. Entre eles, a Esquerda Unida tinha 26%.

Os responsáveis pela pesquisa dizem que os números sugerem que os nomes governistas continuam a sofrer um "voto de sanção", como ocorreu na disputa pelo Parlamento Europeu. Uma diferença importante, porém, é que na eleição nacional francesa haverá segundo turno em 7 de julho. Segundo analistas, Macron conta em ter resultado melhor diante da união de outras forças contra a extrema-direita, nesse processo eleitoral. A pesquisa do Ifop também destaca que 63% dos eleitores consultados pretendem participar da disputa legislativa. Em 2022, essa participação foi de 47,51% do eleitorado, compara. A sondagem foi feita com 1.200 eleitores, nos dias 13 e 14 de junho.

Índia: colisão de trens deixa oito mortos e dezenas de feridos

Um acidente ferroviário deixou ao menos oito mortos e dezenas de feridos depois que um trem de carga colidiu com um trem de passageiros no leste da Índia ontem, 17. O Expresso Kanchenjunga, que circula entre a cidade de Calcutá e Silchar, foi atingido por um trem de carga ao sul da cidade de Siliguri, de acordo com o ministro-chefe de Bengala Ocidental, Mamata Banerjee. As informações são da CNN. Um total de 52 pessoas foram internadas em um hospital da região, das quais nove estão em estado "muito grave", disse o superintendente da unidade, Sanjay Mallick, à CNN. Outros têm fraturas leves, disse ele.

O acidente ocorre um ano após a Índia sofrer um dos piores desastres ferroviários da história do país, no qual mais de 200 pessoas morreram e outras 900 ficaram feridas no Estado de Odisha, quando um trem de passageiros descarrilou e vários vagões que capotaram foram atingidos por outro trem que viajava no sentido oposto.

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, classificou o acidente de Bengala Ocidental como "entristecedor" e enviou uma mensagem de condolências às famílias afetadas. "Rezo para que os feridos se recuperem o mais rápido possível. Falei com autoridades e fiz um balanço da situação.

Nos EUA, pesquisas indicam que Biden ganhou apoio entre eleitores idosos

Os votantes idosos nos EUA são, tradicionalmente, um bloco eleitoral confiável para os republicanos, mas agora têm dado indícios de indecisão, potencialmente dando ao presidente Joe Biden um impulso em sua tentativa de reeleição contra o republicano Donald Trump. No condado de Door, no Wisconsin, que tem alto índice de aposentados, a disputa está dividida, segundo pesquisas.

Os candidatos presidenciais republicanos venceram entre idosos em todas as eleições desde 2000, e Trump conquistou a maioria dos eleitores com 65 anos ou mais em 2016 e 2020. Mas sondagens recentes mostraram que Biden assume uma posição mais forte desta vez. O democrata alcançou cerca de 48% dos idosos nas pesquisas nacionais do Wall Street Journal, ganhando alguma tração inclusive em Estados decisivos. As pesquisas mostraram que Trump obteve cerca de 46% dessa faixa etária, abaixo dos 51% em 2020.

O atual presidente tem tido um bom desempenho entre os americanos que acompanham de perto as eleições, dando-lhe uma vantagem em relação aos idosos que consomem ativamente televisão e cobertura noticiosa. Algumas pesquisas mostraram que os idosos têm opiniões mais favoráveis sobre a forma como Biden lida com a economia, possivelmente porque se sentem mais isolados dos impactos das taxas de juros mais altas e da inflação. Mas Matt Grossmann, diretor do Instituto de Políticas Públicas e Pesquisa Social da Universidade Estadual de Michigan, disse que qualquer sentimento de movimento entre os eleitores mais velhos em direção a Biden pode ser exagerado. A maior mudança, disse ele, é que os eleitores mais velhos não estão se aproximando de Trump, mas não estão necessariamente indo a Biden.

(Foto: EBC)

"É difícil comparar as mudanças nos hábitos de voto entre grupos etários ao longo do tempo, porque há eleitores diferentes nos grupos em cada eleição. Os novos eleitores atingiram o grupo de 65 anos ou mais em 2024", disse Grossmann. "Acho que uma hipótese para explicar por que os eleitores mais velhos parecem mais propensos a apoiar Biden pode ser que os eleitores mais velhos estão menos preocupados com a idade de Biden", explica. Aos 81 anos, a elevada idade do atual presidente tem preocupado americanos e é o principal alvo de ataque da campanha Trumpista.

Wisconsin tem cerca de um milhão de idosos, representando quase 20% dos residentes do Estado. Em sete Estados-chave de batalha presidencial, os residentes com 65 anos ou mais representam mais de 10 milhões de pessoas. O condado de Door ficou do lado do vencedor de cada eleição presidencial desde 1996, tornando os eleitores mais velhos um grupo decisivo em um dos principais condados do Estado.

A campanha de Biden tem procurado mobilizar os idosos através de eventos de divulgação, como bingo e pickleball, ao mesmo tempo que estabelece distinções com Trump no Medicare e na Segurança Social.

No México, senador governista diz que discussões sobre reforma começam nesta semana

O senador mexicano Ricardo Monreal, do partido governista Movimiento Regeneración Nacional (Morena), afirmou ontem, 17, no X (ex-Twitter) que deve começar nesta semana o debate sobre a reforma do Judiciário no país. A possibilidade de mudanças na Constituição gera cautela entre investidores, após a vitória da candidata Claudia Sheinbaum na disputa pela presidência neste mês, em continuidade com o governo de seu aliado Andrés Manuel López Obrador. Monreal, que foi coordenador da campanha de López Obrador e professor de Direito da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), afirma que é esperada "participação e discussão ampla e plural" sobre o tema. Junto com o Parlamento aberto, "será um exercício autêntico que enriquecerá a iniciativa", além de mostrar "com clareza a vontade política" de Claudia Sheinbaum.

O Parlamento aberto é uma estratégia usada no país para reforçar debates e discussões sobre determinadas pautas, almejando mais participação cidadã. Oposicionistas e alguns analistas temem, porém, que as reformas constitucionais acabem por concentrar mais poder no comando do Executivo.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Governo do DF apura denúncia de agressões a preso do 8 de Janeiro na Papuda

A Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF) apura se o detento Lucas Costa Brasileiro, acusado de participar dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, sofreu agressões no Complexo da Papuda. Em 6 de junho, Lucas foi um dos alvos de operação da Polícia Federal (PF) que recapturou os envolvidos no Ataque aos Três Poderes que estavam foragidos ou descumpriram medidas cautelares.

Segundo a Seape, Lucas alegou ter sofrido agressões durante a triagem da penitenciária. Após a denúncia, ele foi conduzido ao Instituto Médico Legal (IML). Em paralelo aos exames do IML, a pasta informa que iniciou um processo "para apurar a veracidade dos fatos". "A Seape reforça que os todos os procedimentos institucionais no sistema penitenciário são realizados dentro da legalidade e não coaduna com qualquer desvio de conduta de seus servidores", afirma o órgão, em nota. Ao Estadão, o deputado distrital Fábio Félix (PSOL), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), diz que está acompanhando a denúncia "O sistema prisional deve respeitar a dignidade das pessoas para que seja um espaço de ressocialização", afirma Felix. Em vídeo publicado nas redes sociais, Evandro Brasileiro, pai de Lucas, nega que o filho tenha descumprido as medidas cautelares impostas pela Justiça. "É um absurdo o que estão fazendo. É muita pressão. Eu não aguento mais", disse Evandro.

Autor do projeto do aborto admite que votação na Câmara pode ser adiada para após as eleições

O deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), um dos autores do projeto que pune quem interromper uma gestação com mais de 22 semanas, mesmo nos casos permitidos em lei, admitiu que a votação da proposta na Câmara dos Deputados poderá ficar para depois das eleições municipais.

A mudança de postura do deputado da bancada evangélica, declarada ao jornal O Globo, veio após uma enxurrada de críticas, que primeiro inundou as redes sociais e depois ocupou as ruas de diversas capitais brasileiras na última semana. Enquanto a urgência do projeto foi aprovada em uma votação que durou apenas cinco segundos, a votação da matéria em plenário terá "o ano todo" para acontecer, disse Sóstenes. Segundo o deputado em entrevista, o projeto é uma promessa feita pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), quando se candidatou à reeleição em 2023, e o cumprimento dela está vinculado agora ao apoio para a eleição de um sucessor. Lira permanece na presidência da Casa até final do ano, quando não poderá se candidatar outra vez.

"Não estou com pressa nenhuma. Votei a urgência e agora temos o ano todo para votar isso. O Lira tem compromisso conosco e ele pode cumprir até o último dia do mandato dele", disse, afirmando que sem que Lira cumpra o combinado "fica difícil de pedir apoio (para seu candidato à sucessão)".

Bolsonaro decidirá candidatos a presidente e vice em 2026, diz Valdemar em propaganda do PL

O ex-presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), decidirá os candidatos a presidente e vice de seu partido em 2026. É o que garante Valdemar Costa Neto, presidente nacional da sigla, em inserção veiculada na TV na noite de sábado, 15.

"Nós queremos o (Jair) Bolsonaro candidato a presidente do Brasil pelo PL. Agora, se ele não for, quem decide quem vai ser o candidato a presidente é o Bolsonaro. Quem decide quem vai ser o candidato a vice-presidente é o Bolsonaro", disse Costa Neto na propaganda. "Devemos isso a ele, é ele quem tem os votos. Bolsonaro e o povo brasileiro fizeram o PL o maior partido do Brasil".

A próxima eleição presidencial está marcada para 2026, mas Jair Bolsonaro está inelegível até 2030, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como opções de candidatura à direita, nomes como os dos governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo, Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, e Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás, são especulados como sucessores do espólio eleitoral do ex-presidente.

Michelle e Tarcísio despontam como sucessores de Jair Bolsonaro

Em maio, uma pesquisa Genial/Quaest indicou que Tarcísio de Freitas e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) são os nomes mais bem cotados para concorrer ao comando do Executivo federal no lugar do ex-presidente.

Michelle é apontada como melhor opção por 28% dos eleitores entrevistados e o governador de São Paulo aparece com 24%. Entre os bolsonaristas, Michelle é a favorita de 41% e Tarcísio, de 33%.

Em um dos cenários simulados pelo levantamento, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceria Tarcísio de Freitas em um segundo turno por margem estreita: 46% a 40%.

Presidente licenciado do Solidariedade passa por audiência de custódia

O presidente licenciado do partido Solidariedade, Eurípedes Gomes Júnior, passou por audiência de custódia e fez exame de corpo de delito, domingo (16). Ele está preso preventivamente em Brasília, após se entregar à Polícia Federal no sábado (15). O político ficou três dias foragido.

Na audiência de custódia, os advogados do dirigente partidário, José Eduardo Cardozo e Fabio Tofic Simanthob, pediram que a prisão preventiva fosse convertida em domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica. O pedido foi negado pela Justiça.

O político, um dos alvos da Operação Fundo no Poço, deflagrada quarta-feira (12), segue em uma cela da Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, e deve ser transferido ao complexo penitenciário da Papuda, em São Sebastião, no Distrito Federal.

Antes de se entregar à PF no sábado, Eurípedes Júnior se licenciou da presidência do Solidariedade por tempo indeterminado. Em nota oficial, a sigla destacou que Paulo Pereira da Silva, conhecido como Paulinho da Força, que ocupava a vice-presidência nacional, assumirá o comando do Solidariedade. ""Essa solicitação é compatível com o estatuto partidário", diz a nota, que destaca a "regular continuidade do exercício da direção partidária".

O caso - A Operação Fundo no Poço foi autorizada pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral de Brasília Luiz Lizandro Garcia Gomes Filho. Eurípedes Júnior é acusado de desviar aproximadamente R$ 36 milhões do fundo partidário e eleitoral do Partido Republicano da Ordem Social (Pros) nas eleições de 2022.

O esquema criminoso consistia no uso de candidaturas laranjas pelo país, superfaturamento de serviços de consultoria jurídica e desvio de recursos partidários destinados à Fundação de Ordem Social (FOS) - entidade do partido.

O político preso é investigado pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, furto qualificado, apropriação indébita, falsidade ideológica eleitoral e apropriação de recursos destinados ao financiamento eleitoral, juntamente com outras pessoas ligadas à sigla.

O antigo Pros se uniu ao partido Solidariedade, em 2023.

Em nota, os advogados de defesa de Eurípedes Júnior afirmaram que seu cliente conseguirá provar inocência diante dos fatos em apuração. "Eurípedes Gomes de Macedo Júnior demonstrará, perante a Justiça, não só a insubsistência dos motivos que propiciaram a prisão preventiva, mas também sua total inocência em face dos fatos que estão sendo apurados nos autos do inquérito policial".

(Foto: EBC)

O político ficou três dias foragido.

DESIGUALDADE
ENTRE AS CAPITAIS BRASILEIRAS

Estudo mede um conjunto de 40 indicadores sociais, e aponta que as capitais das regiões Norte e Nordeste têm os piores números do país em dados como renda, saúde, saneamento e segurança pública

CAPITAIS MENOS DESIGUAIS

Pontos por capital, excluindo Brasília*

Capital	Pontos
1º Curitiba	677
2º Florianópolis	672
3º Belo Horizonte	615
4ª Palmas	607
5ª São Paulo	594

CAPITAIS MAIS DESIGUAIS

Pontos por capital, excluindo Brasília*

Capital	Pontos
1º Porto Velho	373
2º Recife	392
3º Belém	393
4ª Manaus	417
5ª Rio Branco	424

OUTROS INDICADORES

> População abaixo da linha de pobreza
Melhor capital: Florianópolis
Pior capital: Salvador

> Desnutrição infantil
Melhor capital: Teresina
Pior capital: Salvador

> PIB per capita
Melhor capital: Vitória
Pior capital: Salvador

> Taxa de desocupação
Melhor capital: Campo Grande
Pior capital: Salvador

> Taxa de homicídios
Por 100 mil hab.
Melhor capital: São Paulo
Pior capital: Macapá

> Idade média ao morrer
Melhor capital: Belo Horizonte e Porto Alegre (72 anos)
Pior capital: Boa Vista (57 anos)

FONTE *Instituto Cidades Sustentáveis* ® INFOGRAFFO

Empresário preso por estuprar menores no DF pagava R$ 1 mil por meninas virgens

Um empresário foi preso no Distrito Federal, na sexta-feira, 14, suspeito de estupro de vulnerável e de exploração sexualmente dezenas de meninas e adolescentes. Segundo a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o suspeito aliciava menores com idades entre 12 e 13 anos oferecendo dinheiro, presentes e participação em festas.

O abusador, um homem de 61 anos que não teve a identidade divulgada, chegava a pagar até R$ 1 mil por meninas virgens.

O suspeito foi preso durante a Operação Predador, desencadeada pela PCDF. A ação é resultado de investigações realizadas pela equipe da Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), na região do bairro Itapoã, onde o empresário atuava. Foram cumpridos um mandado de prisão temporária e outro de busca e apreensão contra o envolvido.

Uma das vítimas do suspeito, atualmente com 16 anos, contou que era abusada desde os 13 anos. As vítimas mais velhas eram recrutadas para buscar novas garotas para o investigado explorar. Conforme a polícia, a prisão temporária do autor foi decretada por 30 dias, podendo ser renovada ou convertida em prisão preventiva ao final das investigações. Se condenado pelos crimes, o investigado poderá pegar mais de 100 anos de prisão.

Segundo a PCDF, a Operação Predador, como foi batizada, é uma resposta contra o abuso sexual infanto-juvenil no Distrito Federal. O bairro Itapoã, que atualmente tem 68 mil habitantes, é resultado de uma ocupação desordenada. O suspeito se aproveitava da condição de vulnerabilidade das vítimas para aliciá-las e cometer os abusos. A reportagem não conseguiu contato com a defesa do suspeito.

Apenas 9,5% dos garimpos de ouro estão dentro da legalidade

No Brasil, há 1.943 títulos para mineração de ouro validados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), mas apenas 185 - ou 9,5% - estão em conformidade com os critérios legais da atividade. A constatação é de levantamento feito pelo Portal da Transparência do Ouro, plataforma que reúne dados oficiais sobre os garimpos legais do metal.

A ferramenta - mantida pela organização não governamental WWF-Brasil - foi instalada para verificar se as lavras de ouro estão associadas a práticas ilícitas ou irregularidades.

"A plataforma Transparência do Ouro foi criada para auxiliar os órgãos públicos, do governo federal, em sua maioria, para analisar a conformidade dos processos de produção de ouro a partir de dados cruzados, especialmente da ANM, Ibama e imagens de satélite", opina o criador da ferramenta, Marcelo Oliveira, da WWF-Brasil.

Entre os aspectos analisados figuram a validade da Permissão de Lavra Garimpeira, se a área requisitada permite mineração, se há licenciamento ambiental protocolado, o pagamento tributário obrigatório, a existência de embargos ambientais e o protocolo do Relatório Anual de Lavra (RAL).

Títulos validados - Outra informação apresentada pelo levantamento da plataforma é que, do total de títulos validados, 1.202 são para atividades de pequeno porte, operadas por garimpeiros e não por indústrias da mineração.

Além disso, segundo o Portal Transparência do Ouro, dos 1.789 relatórios de lavra (RAL) identificados pela plataforma, foram feitos apenas 371 pagamentos da CFEM (Contribuição Financeira para Exploração Minerária), o imposto que incide sobre a atividade.

"Até que ponto esses relatórios de lavra estão sendo usados para emular [simular] uma situação ilegal do garimpo? O baixo percentual de recolhimento de impostos, por sua vez, sugere que o garimpo não é uma atividade lucrativa. Isso corresponde à realidade? Essas inconsistências, que a ferramenta traz à tona, apontam para a necessidade de fortalecimento dos órgãos de fiscalização e controle que, com o portal, passam a contar com cruzamento de dados que permite identificar os casos que exigem investigações mais robustas, facilitando a priorização das demandas", afirma Oliveira.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Bia Haddad sobe duas posições no ranking da WTA; Wild e Monteiro sofrem quedas

Mesmo sem entrar em quadra, Beatriz Haddad Maia recuperou duas posições no ranking da WTA, na atualização ontem. A número 1 do Brasil subiu para o 18º lugar pouco antes de iniciar sua trajetória na curta temporada de grama no circuito, em Berlim, na Alemanha.

Bia ocupava o 20º posto desde a semana passada, quando sofreu uma queda na lista da WTA por não defender os pontos conquistados na edição de 2023 de Roland Garros. Antes do torneio francês, ela figurava no 14º lugar. A brasileira, contudo, reagiu no ranking nesta segunda mesmo sem jogar nenhum torneio na semana passada.

A subida se deve à movimentação de rivais, entre quedas e subidas. Bia agora aparece logo à frente da belarussa Victoria Azarenka, que costuma ser sua parceira em partidas de duplas. Na temporada de grama, a brasileira poderá seguir reagindo no ranking porque não se destacou nas competições preparatórias para Wimbledon no ano passado. Portanto, tem poucos pontos a defender nesta temporada.

Bia inicia sua campanha na grama no Torneio de Berlim, na Alemanha, jogando em simples e também em duplas. Na chave de simples, ela estreará contra a russa Ekaterina Alexandrova, atual 20ª do mundo. Se vencer, cruzará com a americana Coco Gauff, número dois do mundo. Nas duplas, ela jogará com a compatriota Ingrid Martins.

(Foto: Divulgação)

No masculino, Thiago Wild e Thiago Monteiro perderam três posições cada na lista da ATP. Wild aparece em 74º enquanto o compatriota está em 79º. Felipe Meligeni (149º) e Gustavo Heide (179º) despencaram 21 e 20 colocações, respectivamente. O jovem João Fonseca conquistou sete postos e figura em 217º.

TOP 10

Se no feminino não houve nenhuma alteração na lista das 10 melhores, no masculino a lista dos melhores contou com uma "dança das cadeiras". O australiano Alex de Minaur subiu duas posições e ocupa o sétimo lugar, a mesma colocação de sua carreira. Ele desbancou o norueguês Casper Ruud (8º) e o polonês Hubert Hurkacz (9º), que perderam uma colocação cada.

Confira abaixo o Top 10 do masculino:
1º - Jannik Sinner (ITA), 9.480 pontos
2º - Carlos Alcaraz (ESP), 8.580
3º - Novak Djokovic (SER), 8.360
4º - Alexander Zverev (ALE), 6.885
5º - Daniil Medvedev (RUS), 6.485
6º - Andrey Rublev (RUS), 4.710
7º - Alex de Minaur (AUS), 4.085
8º - Casper Ruud (NOR), 4.025
9º - Hubert Hurkacz (POL), 3.950
10º - Grigor Dimitrov (BUL), 3.775

Veja a lista das 10 melhores do ranking feminino:
1º - Iga Swiatek (POL), 11.695 pontos
2º - Coco Gauff (EUA), 7.988
3º - Aryna Sabalenka (BEL), 7.788
4º - Elena Rybakina (CAS), 5.973
5º - Jessica Pegula (EUA), 4.625
6º - Marketa Vondrousova (RCH), 4.503
7º - Jasmine Paolini (ITA), 4.068
8º - Qinwen Zheng (CHN), 4.005
9º - Maria Sakkari (GRE), 3.980
10º - Ons Jabeur (TUN), 3.748

Carlos Miguel e Luciano trocam farpas após empate em clássico: 'Otário' e 'promessa de goleiro'

O clima tenso do clássico entre Corinthians e São Paulo se estendeu para fora das quatro linhas na noite de domingo. O goleiro Carlos Miguel e o atacante Luciano usaram as redes sociais para trocarem farpas após o clássico disputado na Neo Química Arena, pela nona rodada do Brasileirão. A partida terminou empatada em 2 a 2.

O desentendimento entre os rivais começou ainda durante o primeiro tempo da partida, na sequência do segundo gol tricolor. Durante a confusão, eles se empurraram e foram punidos com cartão amarelo pelo árbitro Ramon Abatti.

Horas após o apito final, Carlos Miguel publicou uma foto no Instagram em que Luciano aparece sentado no gramado, com uma conta de nome "otário" marcada sobre sua imagem. O atacante do São Paulo não deixou por menos e postou um story na rede social comparando as carreiras de ambos.

"Promessa de goleiro. Goleiro com 10 jogos no profissional", escreveu em referência ao jogador alvinegro de 25 anos. E completou: "Luciano pelo São Paulo: 230 partidas, 76 gols, 21 assistências e 3 títulos".

Próximos Jogos - O São Paulo volta a campo na próxima quarta-feira, às 20h (de Brasília), no MorumBis, para duelar com o Cuiabá pelo Brasileirão. Um pouco mais tarde, às 21h30, o Corinthians mede forças com o Internacional, no estádio Orlando Scarpelli, em Florianópolis.

Após atrasos, Paris-2024 faz teste técnico da cerimônia de abertura no Rio Sena

Após seguidos adiamentos, o Comitê Organizador da Olimpíada de Paris-2024 conseguiu fazer ontem seu segundo teste técnico da cerimônia de abertura nas águas do Rio Senna, na capital francesa. O ensaio acontece faltando 39 dias para o início do grande evento esportivo, marcado para começar em 26 de julho.

O teste havia sido agendado para os últimos meses, em diferentes datas. Mas acabou sendo adiado em razão das chuvas constantes em Paris, o que aumentou consideravelmente o volume de água do rio. O primeiro teste foi realizado há quase um ano, em 17 de julho de 2023.

O teste contou com a participação de 55 barcos, praticamente vazios, mas, que no dia de abertura da Olimpíada, poderão carregar até cinco delegações de países. As embarcações partiram da Pont d'Austerlitz até a Pont d'Iéna, que fica diante da Torre Eiffel, na região conhecida como Trocadero, onde será instalado o palco principal da cerimônia.

O trajeto de barco de seis quilômetros foi feito em 45 minutos. A velocidade média das embarcações foi de 9 km/h. Principal responsável pela cerimônia, Thierry Reboul se mostrou "muito satisfeito" com o evento, de acordo com o jornal francês L'Equipe, apesar de ter criticado um leve atraso no início do teste.

O evento desta segunda contou também com diversos de barcos de segurança, que vão monitorar a cerimônia em cada trecho. A questão de segurança, principalmente pelo risco de atentados terroristas, vem sendo uma das maiores preocupações da organização da Olimpíada. Por isso, a definição das delegações que vão ocupar os barcos é considerado um dos grandes segredos de segurança do evento.

O teste desta segunda teve caráter apenas técnico, sem incluir a parte artística, que deve se concentrar na parte final do trajeto dos barcos, perto da Torre Eiffel. Um novo teste será realizado nos próximos dias para finalizar os últimos detalhes da cerimônia de abertura.

Bruninho ainda se recupera de lesão e desfalca Brasil no início da 3ª semana da Liga das Nações

(Foto: Divulgação)

O levantador Bruninho ainda não se recuperou de um estiramento que sofreu no início da Liga das Nações de vôlei. Ontem, a seleção brasileira masculina informou que o jogador trabalha para se reabilitar totalmente do problema muscular na panturrilha esquerda. E será desfalque contra a Holanda, hoje.

A previsão inicial da Confederação brasileira de Voleibol (CBV) era de que Bruninho estivesse em boas condições físicas para voltar à seleção nesta terceira semana da Liga das Nações, a ser disputada em Manila, nas Filipinas, a partir de hoje - o Brasil enfrentará a Holanda a partir das 6h (de Brasília).

O experiente levantador se machucou no início deste mês, antes de começar a segunda semana da disputa masculina da Liga das Nações, no Japão. Ele sentiu dores durante um treino e acabou vetado das partidas seguintes, embora tenha seguido junto com a delegação brasileira na competição.

Desta vez, a CBV não apontou previsão de retorno do jogador. Mas, como está inscrito para seguir com a seleção, Bruninho poderá voltar ao time ainda nesta semana, caso se recupere totalmente do problema físico. Para o jogo desta terça, o treinador relacionou os levantadores Brasília e Cachopa.

Confira abaixo a lista dos jogadores disponíveis para o jogo contra a Holanda:

Levantadores: Brasília e Cachopa;

Opostos: Alan e Darlan;

Ponteiros: Adriano, Leal, Lucarelli, Lukas Bergmann e Maurício Borges;

Centrais: Flavio, Isac e Lucão;

Líberos: Honorato e Thales.

Ponte Preta aguarda departamento médico para ter reforços contra o Botafogo-SP

O técnico Nelsinho Baptista aguarda o departamento médico para saber se vai ter as voltas do lateral-direito Luiz Felipe e do zagueiro Mateus Silva na quarta-feira, quando a Ponte Preta visitará o Botafogo-SP, pela Série B do Campeonato Brasileiro.

Recuperada de lesão, a dupla iniciou o trabalho de transição e pode ficar à disposição da comissão técnica para o jogo em Ribeirão Preto. Se Luiz Felipe e Mateus Silva forem liberados, devem ficar como opções no banco de reservas. Luiz Felipe está afastado dos gramados desde o dia 28 de abril e disputa posição com Igor Inocêncio. Já Mateus Silva atuou pela última vez no dia 2 de junho e tem Castro como principal concorrente.

A boa notícia para Nelsinho Baptista é o retorno de Jeh. O centroavante cumpriu suspensão automática na vitória da Ponte Preta sobre o Novorizontino, por 1 a 0, no último sábado, em Campinas.

Na 13ª colocação, com 12 pontos, a Ponte busca a 2ª vitória seguida para se distanciar de vez da zona de rebaixamento da Série B.

Leila explica polêmica com Dudu e garante: 'O Ciclo chegou ao fim'

A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, se pronunciou sobre a polêmica envolvendo o jogador Dudu, ontem. A mandatária afirmou que o atacante manifestou o desejo de se transferir ao Cruzeiro há aproximadamente 20-25 dias. Ela conta que o atleta de 32 anos recebeu dos mineiros uma proposta muito vantajosa, cujos valores não serão equiparados pelos paulistas. E disse esperar que Dudu honre o compromisso firmado entre as partes.

"Foi um acordo entre Palmeiras, Dudu e Cruzeiro. Os três decidiram que o melhor para o Palmeiras e para o atleta era aceitar essa proposta do Cruzeiro. E aí aconteceu esse imbróglio que o Dudu disse que ia e depois disse que não ia mais. Mas, formalmente, nós não fomos comunicados que ele ia voltar atrás. Ele tem um compromisso com o Palmeiras, com o Cruzeiro, iniciado por ele. Eu dei o 'de acordo', o Cruzeiro deu e eu espero que o atleta dê o 'de acordo', que honre o compromisso que ele deu com o Palmeiras e com o Cruzeiro", disse Leila, em entrevista ao canal SporTV. Recuperado de uma ruptura nos ligamentos do joelho, Dudu deve retornar aos gramados no segundo semestre.

(Foto: Divulgação)

Sem Endrick e Luis Guilherme, vendidos a Real Madrid e West Ham, respectivamente, o experiente jogador tinha a volta aguardada pelos torcedores, mas a notícia da negociação deixou os palmeirenses irritados. Essa revolta teria sido o motivo para o atacante repensar a saída. "O atleta não assinou, eu pedi pro Anderson assinar o 'de acordo' na proposta do Cruzeiro. Pelo Palmeiras, o Dudu está vendido, mas eu preciso da assinatura do atleta. Se ele não assinar o contrato, o atleta tem contrato até 2025 e ele sairá em dezembro de 25", completou.

Chefe da Mercedes põe Antonelli como peça chave para o futuro da equipe na Fórmula 1

Andrea Kimi Antonelli, apontado pela imprensa europeia como sucessor de Lewis Hamilton, continua em alta na Mercedes. Toto Wolff, chefe da equipe, voltou a exaltar a importância do piloto de 17 anos para os projetos da escuderia.

Ao ser questionado se o garoto prodígio é visto como o futuro da Mercedes, o dirigente não fugiu da resposta. "Quer saber, queremos nos reinventar daqui para frente. Kimi (Antonelli) definitivamente desempenha um papel importante nisso", afirmou o dirigente em entrevista à Sky Sports.

O assunto ganha força após o anúncio da saída do piloto britânico Lewis Hamilton da Mercedes com destino à Ferrari a partir da temporada de 2025, em substituição ao espanhol Carlos Sainz.

Em 2023, a autoridade máxima da modalidade exigia que pilotos tivessem carteira de motorista do respectivo país e ao menos 18 anos de idade para competir. Agora, as coisas mudaram. A exigência de habilitação deixou de ser mencionada e foi acrescentado um novo texto ao artigo. "A critério exclusivo da FIA, um piloto que tenha demonstrado recente e constantemente habilidade e maturidade excepcionais em competições de carros de fórmula de monopostos pode receber uma superlicença aos 17 anos de idade", aponta a nova versão.

Nascido em Bolonha, norte da Itália, Antonelli ingressou no programa de desenvolvimento da escuderia alemã em 2019, aos 13 anos. Desde a concretização do acordo, ele vem sendo acompanhado de perto pelo chefe da Mercedes.

Seu desempenho nas pistas impressiona. Dono de cinco troféus, ele ostenta os títulos dos campeonatos italiano e alemão de Fórmula 4 e a Taça FIA F-4, em 2022, e a Fórmula Regional do Médio Oriente e da Europa, em 2023. Com Antonelli completando suas primeiras voltas com os carros da Fórmula 1, como parte do esquema júnior da Mercedes nos últimos meses, James Allison, diretor técnico da equipe, avalizou o desempenho do italiano.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

OAK HOLDING S.A.

CNPJ/ME nº 37.863.454/0001-04

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ATIVO CIRCULANTE				
Caixas e equivalentes de caixa	904	29.291	7.930	51.106
Contas a receber	-	-	77.170	51.620
Adiantamentos a fornecedores	259	112	6.840	6.189
Impostos a recuperar	847	475	1.605	1.106
Estoques	-	-	21.959	15.469
Outros ativos	-	-	-	105
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	2.010	29.878	115.504	125.595
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	-	-	-	18
Partes relacionadas	55.322	43.538	22.346	18.458
Caução de aluguel	-	-	5.342	3.653
Outros ativos	326	16	5.049	555
	55.648	43.554	32.737	22.684
Investimento	139.137	96.104	1.780	-
Ativos de direito de uso	-	-	55.589	43.225
Imobilizado	-	-	53.428	29.760
Intangível	94	94	32.818	27.379
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	194.879	139.752	176.352	123.048
TOTAL DO ATIVO	196.888	169.630	291.856	48.643

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PASSIVO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	26.505	1.425	32.289	1.680
Fornecedores	433	109	8.353	7.085
Obrigações tributárias	41	45	2.399	1.814
Imposto de renda e contribuição social	434	516	3.605	2.879
Obrigações trabalhistas	-	-	2.868	1.832
Contas a pagar	-	-	1.761	516
Dividendos a pagar	5.241	5.241	6.500	5.241
Arrendamento	-	-	9.162	5.447
Adiantamento de clientes	-	-	2.478	685
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	32.654	7.336	69.415	27.179
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	31.417	48.146	41.563	48.150
Partes relacionadas	10.047	6.505	2.181	738
Receita diferida	-	-	3.240	2.562
Provisão para riscos	-	-	52	52
Passivo de arrendamento	-	-	46.932	38.105
Obrigações tributárias	-	-	1.476	2.144
Participações societárias a pagar	-	-	-	2.000
Passivo fiscal diferido	5.821	-	5.821	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	47.285	54.651	101.265	93.751
TOTAL DO PASSIVO	79.939	61.987	170.680	120.930
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS CONTROLADORES				
Capital social	93.204	88.926	93.204	88.926
Reserva de capital	844	844	844	844
Reserva legal	1.905	1.905	1.905	1.905
Reserva de lucros	26.588	15.722	26.588	15.722
Ajuste de conversão	(5.591)	247	(5.591)	247
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	116.950	107.644	116.950	107.644
Não controladores	-	-	4.226	20.069
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	196.889	169.630	291.856	248.643

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A OAK Holding S.A. ("Companhia"), e em conjunto com suas controladas o Grupo ("Grupo"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo - SP, localizada à Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2373 - São Paulo - SP. O Grupo tem como atividades: (i) o desenvolvimento e a exploração de lojas com a marca "Oakberry"; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte as lojas que operem sobre franquia; (iii) a fabricação, o comércio, importação e exportação de produtos relacionados às atividades acima referidas; e (iv) a participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades acima, como sócia, quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía 633 unidades (550 unidades em 2022). Do total de lojas, 332 unidades estão localizadas no Brasil (sendo 304 unidades franqueadas e 28 unidades próprias) e 301 unidades estão localizadas no exterior (Américas - exceto Brasil, Europa, Ásia, África e Oceania). As sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

Entidade	Constituição	Localidade	2023 Controle	2023 % de participação	2022 Controle	2022 % de participação
Golden Oak Franchising Ltda.	02/05/2017	Brasil	Direto	100,00%	Direto	100,00%
Oak Operations Ltda	16/09/2020	Brasil	Direto	100,00%	Direto	100,00%
Oak Supply Ltda.	30/09/2021	Brasil	Direto	100,00%	Direto	60,00%
Flor de Açaí Indústria e Comércio de Polpas de Fruta Ltda.	19/09/2012	Brasil	Indireto	100,00%	Direto	100,00%
Oakberry Açaí Inc	19/04/2016	Estados Unidos	Direto	100,00%	Direto	100,00%
Oakberry JV LLC	14/12/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry JV California LLC	14/12/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry Encino LLC	Não operacional	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry Korea Town LLC	26/07/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry Montana LLC	27/06/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oak 1 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oak 2 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oak 3 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oak 4 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Coffe 1 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry Pacific Beach LLC	Não operacional	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry Silver Lake LLC	01/05/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry JV Trailer LLC	01/11/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry Surfside LLC	Não operacional	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry Midtown East LLC	01/09/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry South Beach LLC	Não operacional	Estados Unidos	Indireto	100,00%	-	-
Oakberry USA Corporate Stores LLC	30/08/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry FTX LLC	27/07/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry Meridian LLC	27/07/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry BCC LLC	22/11/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry UES LLC	22/09/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry Spring Street LLC	10/10/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry Pen Plaza LLC	10/11/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry Lexington LLC	10/11/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry USA LLC	02/04/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry USA Ad Fund LLC	30/08/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry Aspen LLC	30/11/2021	Estados Unidos	Indireto	0%	Indireto	85,00%
Oakberry Huntington LLC	09/11/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry West Hollywood LLC	10/10/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry Abbot Kinney LLC	17/10/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%
Oakberry Europa (Espanha) SL	22/10/2021	Espanha	Indireto	100,00%	Indireto	100,00%

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de legal	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Atribuível aos acionistas da Controladora							
Saldos em 01 de janeiro de 2022	88.926	844	802	1.167	-	91.739	-	91.739
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	(920)	-	(920)	-	(920)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.065	22.065	912	22.977
Constituição reserva legal	-	-	1.103	-	(1.103)	-	-	-
Constituição de dividendos a distribuir	-	-	-	-	(5.241)	(5.241)		(5.241)
Participação não controladores	-	-	-	-	-	-	19.158	19.158
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.926	844	1.905	247	15.722	107.644	20.070	127.714
Aumento de capital	4.278	-	-	-	-	4.278	-	4.278
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	(5.838)	-	(5.838)		(5.838)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(436)	(436)	2.488	2.052
Distribuição de lucros acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(3.330)	(3.330)
Transação de capital com acionistas não controladores	-	-	-	-	11.302	11.302	(17.123)	(5.821)
Outros resultados com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	2.121	2.121
Saldos em 31 de dezembro de 2023	93.204	844	1.905	(5.591)	26.588	116.950	4.226	121.176

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	-	-	173.163	89.195
Custo de vendas/serviços	-	-	(61.934)	(24.958)
Lucro bruto	-	-	111.229	64.237
Despesas e receitas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(3.712)	(3.073)	(89.316)	(39.563)
Despesas tributárias	(146)	-	(604)	-
Resultado com equivalência patrimonial	11.360	22.935	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	-	(249)	(1.244)	260
Outros resultados com investimentos	(521)	-	(667)	-
Lucro operacional	6.981	19.613	19.398	24.934
Receita financeira	2.964	4.841	2.659	5.269
Despesa financeira	(10.381)	(1.559)	(16.473)	(5.846)
Resultado financeiro	(7.417)	3.282	(13.814)	(577)
Prejuízo/Lucro antes do IR e CS	(436)	22.895	5.584	24.357
Imposto de renda e contribuição social	-	(830)	(3.532)	(1.380)
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(436)	22.065	2.052	22.977
Atribuível aos:				
Acionistas da Companhia			(436)	22.065
Não controladores			2.488	912
			2.052	22.977
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - em R$			(0,0004)	0,0191

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(436)	22.065	2.052	22.977
Outros componentes do resultado abrangente a serem reclassificados, para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ajustes acumulados de conversão em moeda estrangeira	(5.838)	(920)	(5.838)	(920)
Total do resultado abrangente do exercício	(6.274)	21.145	(3.786)	22.057
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(6.274)	21.145	(6.274)	21.145
Acionistas não controladores	-	-	2.488	912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 22 de maio de 2024. **1.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: a) Aquisição do capital votante Supply:** Em 06 de abril de 2023, a Companhia adquiriu o restante de 40% do capital votante da OAK Supply, através da cessão da emissão de novas ações da Companhia cedidas diretamente aos antigos sócios da OAK Supply detentores da respectiva participação adquirida, com isso, passando a ser detentora de 100% do capital votante da entidade. Em função desta transação, a Companhia aumentou sua participação na OAK Supply no montante de R$ 16.875, mediante a conversão de mútuos. **2. Eventos subsequentes:** Operação BTG Pactual e Moriah Asset: Em maio de 2024, a Companhia concluiu uma transação com fundos de investimento administrados pelo Banco BTG Pactual. Por meio dessa operação, que envolve entrada de capital primário e secundária para alguns acionistas, esses fundos estão adquirindo uma parcela minoritária do capital da Companhia. Na sequência da conclusão dessa transação, a Companhia concluiu uma transação com a Moriah Asset, envolvendo também entrada de capital primário e secundária para alguns acionistas, e que totaliza R$ 100 milhões, adquirindo dessa forma um capital minoritário na Companhia. A transação deverá ser concluída nos próximos meses. Os recursos financeiros provenientes de ambas as transações permitirão que a Companhia implemente sua estratégia de investimentos para ampliação das atividades, notadamente no exterior.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo/ Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(436)	22.895	5.584	24.357
Itens que não afetam o caixa operacional:				
Depreciações e amortizações	-	-	12.424	5.070
Baixa ativo imobilizado	-	-	181	1.290
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.055	1.610
Juros sobre empréstimos e arrendamento	7.824	1.425	13.375	3.670
Amortização dos custos de captação CRA	463	-	463	-
Provisão para riscos	-	-	-	52
Outros resultados com investimentos	521	-	667	-
Resultado da equivalência patrimonial	(11.360)	(22.935)	-	-
Aumento/(redução) nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(26.605)	(40.435)
Outros ativos	(500)	(15)	(6.060)	(4.284)
Impostos a recuperar	(372)	(474)	(499)	(1.027)
Adiantamento a fornecedores	(147)	(84)	(651)	4.346
Estoque	-	-	(6.490)	(7.952)
Fornecedores	324	(18)	1.268	5.498
Adiantamento de clientes	-	-	1.793	(1.600)
Contas a pagar	-	-	(763)	(13.806)
Dividendos a pagar	-	-	1.260	5.241
Obrigações trabalhistas	-	-	1.036	668
Receitas diferidas	-	-	678	836
Partes relacionadas	(24.923)	(32.222)	1.871	510
Obrigações tributárias	(87)	(450)	642	58
Caixa líquido nas operações	(28.693)	(31.878)	1.229	(15.898)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(259)	(3.532)	(847)
Juros pagos sobre arrendamento	-	-	-	(2.078)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	(28.693)	(32.137)	(8.846)	(18.823)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	-	-	(27.614)	(19.410)
Intangível	-	-	(5.844)	(2.773)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	-	(50.001)	(1.780)	(19.129)
Dividendos pagos	-	-	(2.166)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(50.001)	(37.404)	(41.312)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	7.380	48.146	22.809	48.158
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.317)	-	(8.397)	(3.908)
Pagamento de arrendamento	-	-	(5.761)	(3.392)
Aumento de capital	243	-	243	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	306	48.146	8.894	40.858
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(28.387)	(33.992)	(37.356)	(19.277)
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.291	63.283	51.124	71.321
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	904	29.291	7.930	51.124
Perdas cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	(5.838)	(920)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(28.387)	(33.992)	(37.356)	(19.277)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

À Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Oak Holding S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Oak Holding S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Oak Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oak Holding S.A. e da Oak Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC 1SP264861/O-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
MARIA CRISTINA CURY RAMOS - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 149/2024 PROCESSO n° 17.037/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90149/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 18 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 17 de Junho de 2024

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ n° 57.522.468/0001-63

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo de Compra Digital n° 87/2024 - Pregão Eletrônico nº 90005/2024

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de controladoria de acesso/portaria, nas Unidades da Fundhas, localizada no Município de São José dos Campos - SP, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. O Diretor Presidente da Fundação Hélio Augusto de Souza - Fundhas, no uso de suas atribuições legais, informa aos interessados a REVOGAÇÃO da presente licitação, nos termos do art. 165, alínea "d", da Lei Federal no 14.133, de 2021, ante a necessidade de ajustes/atualizações no Termo de Referência do Edital no 6/2024.

SJCampos, 17 de junho de 2024.
George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90070/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90070/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00163094/2023-44**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTOS" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90070/2024-DRS.XV**, será no dia **28/06/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90071/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90071/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00078883/2024-61**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTOS" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90071/2024-DRS.XV**, será no dia **01/07/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

ABERTURA DE LICITAÇÕES

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acham abertas as licitações abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3625.5010, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs. Os editais também estarão disponíveis sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br. **Pregão eletrônico Nº 109/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recondicionamento de bombas e bicos injetores de veículos pesados e máquinas incluindo todas as peças e componentes necessários ao completo e perfeito funcionamento dos veículos pesados e máquinas pertencentes ao quadro da Prefeitura Municipal de Taubaté, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **03.07.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 183/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no serviço de roçada manual e mecânica, bem como remoção e destinação final de resíduos verdes resultantes e entulhos existentes em áreas privadas (terrenos sujos de propriedade particular), e limpeza das calçadas nos arredores dos terrenos, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **03.07.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 108/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de moleiro dos Caminhões, Ônibus, Micro-ônibus, Vans, Caminhonetes e Picapes de diversas marcas, pertencentes a Frota da Prefeitura Municipal de Taubaté, incluindo em sua composição todos os materiais e componentes necessários para a realização dos serviços, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **03.07.24 às 13h30**. **Pregão eletrônico Nº 146/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consertos e manutenção preventiva e corretiva das Máquinas Agrícolas de diversas linhas, modelos e tipos, incluindo em sua composição todas as peças, materiais e componentes necessários para a realização dos serviços, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **03.07.24 às 13h30**. PMT, aos 17.06.2024. JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 43/2024 - Processo Administrativo nº 5031/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS (ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS NORMAIS E JUDICIAIS), CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 18 de junho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 04 de julho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

UBS BB HOLDING FINANCEIRA S.A.

UBS BB Investment Bank

CNPJ/MF Nº 13.141.497/0001-00 - NIRE 35.300.387.309

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024

1 DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 18:30 horas do dia 25 de abril de 2024, na sede social da UBS BB Holding Financeira S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 4º andar/parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2 PRESENÇA E CONVOCAÇÃO**: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, tendo em vista a presença do único acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Participaram, conforme disposto no artigo 134, §1, da Lei 6.404/1976, o Sr. Daniel Bassan, Diretor Presidente, representando os administradores, e o Sr. Emerson Morelli, representante da Ernst & Young Auditores Independentes, Auditor Independente. **3 DOCUMENTOS SUBMETIDOS À ASSEMBLEIA**: Foram submetidos à Assembleia o relatório da Administração, o relatório do Auditor Independente e as demonstrações financeiras auditadas, compostas pelo balanço patrimonial, pela demonstração do resultado, pela demonstração do resultado abrangente, pela demonstração das mutações do patrimônio líquido, pela demonstração dos fluxos de caixa e pelas notas explicativas às demonstrações financeiras, todos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **4 MESA**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe, tendo como secretário o Sr. Antonio Fernando Laurelli Ribeiro. **5 ORDEM DO DIA**: (i). Exame e aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente; (ii). Destinação do resultado e distribuição de dividendos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii). Eleição da diretoria para o mandato de 2024 a 2026, com a fixação da remuneração global para o exercício de 2024. **6 DELIBERAÇÕES**: Instalada a Assembleia, após o esclarecimento de que os documentos mencionados na ordem do dia foram colocados à disposição do acionista e as demonstrações financeiras, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente, publicadas na edição de 15 de março de 2024 do Diário de Notícias, o acionista, por voto único e sem quaisquer ressalvas, deliberou: **(i)** Aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado e a distribuição de dividendos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos seguintes termos:

		Destinação do Resultado		
Entidade	**Resultado do Exercício de 2023**	**Reserva Legal**	**Dividendos**	**Reserva Estatutária**
UBS BB HF (R$)	92.484.655,74	4.624.232,79	57.116.530,28	30.743.892,67

(iii) Eleger os seguintes membros para a Diretoria da Companhia, para o mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, permitida a reeleição, registrando-se que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: **DANIEL BASSAN**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.539.745-1 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 016.808.807-05, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 4º andar, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Presidente; **ANTONIO FERNANDO LAURELLI RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.929.389-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 011.190.218-55, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar/parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor; **BERNARDO DE AZEVEDO SILVA ROTHE**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 63.603.784-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 776.890.627-68, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como diretor; **BETINA MACHADO FERRAZ**, brasileira, divorciada, administradora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 13.598.254-6 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o no 177.865.708-70, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretora; e **RICARDO SICILIANO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.259.040-3 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 339.878.598-06, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor. Os diretores ora eleitos tomam posse mediante a assinatura do termo de posse lavrado na forma da lei e declaram ter ciência das condições previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25 de novembro de 2021 e ter pleno conhecimento das disposições constantes do Artigo 147, da Lei n° 6.404/76. Quando comunicados a respeito de sua eleição, estes declararam, sob as penas da lei, que: a. não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; b. atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3° do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e c. indicam o endereço acima mencionado para efeitos do §2° do Artigo 149 da Lei das Sociedades por Ações. Tendo em vista que os administradores da Companhia integram mais de uma diretoria do Grupo UBS no Brasil, o limite de remuneração global para o exercício de 2024, composta pelos valores de remuneração fixa, benefícios e remuneração variável, específico para esta Companhia, estará compreendido, para todos os efeitos, na remuneração fixada pelas pessoas jurídicas UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. e/ou UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e/ou UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. **7 ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestou, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, parágrafos 1° e 2°, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presidente: Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe; Secretário: Antonio Fernando Laurelli Ribeiro. Acionista: UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. 8 AUTENTICAÇÃO:** Na forma artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, a presente ata de Assembleia Geral é assinada eletronicamente, independentemente da aposição de rubricas em cada página, mediante a utilização de ferramenta independente para esses fins (e.g. Docusign, Clicksign, entre outras). *A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 25 de abril de 2024. JUCESP nº 0.800.754/24-4 em 05.06.2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA MACRO SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SANTO ANDRÉ

A Delegacia Seccional de Polícia de Santo André, situada à Rua Xingu, nº 745, bairro Valparaíso – Santo André/SP, através de sua Sessão de Material e Patrimônio informa que encontra-se aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2024 – do tipo menor Preço – Processo SEI nº 058.00034009/2024-06 visando a aquisição de material de consumo - Peças e Acessórios para Computadores e Impressoras. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br no dia 02 de julho de 2024 às 10:00 horas. O Edital completo acha-se a disposição dos interessados nesta Delegacia Seccional de Polícia de Santo André, no horário comercial ou nos sites www.imesp.com.br (negócios públicos) e www.compras.gov.br (pregões eletrônicos).

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA "TÁCIO APARECIDO SANTANA" DE CAIUÁ

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta no Centro de Detenção Provisória "Tácio Aparecido Santana" de Caiuá, situado à rodovia Raposo Tavares, km 634 + 240m, na cidade de Caiuá-SP, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90008/2024, Processo 006.00075587/2024-27, referente a Aquisição de gêneros alimentícios estocáveis café com entrega parcelada, COM CRITÉRIO MENOR PREÇO POR ITEM, PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS, com Data de inicio de recebimento de proposta: 18/06/2024 as 08:00. Abertura da Licitação marcada para o dia 01/07/2024 às 09:00 horas. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.net.gov.br. O Edital na íntegra encontra-se também à disposição dos interessados no endereço eletrônico doe.sp.gov.br opção e-negócios públicos.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COMUNICADO - CENTRO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AGENCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS - APTA REGIONAL
Processo SAA nº 007.00026474/2024-70 - Pregão Eletrônico SAA nº: 90013/2024

O Diretor Técnico da Apta Regional comunica que se encontra aberta na APTA REGIONAL, PREGÃO ELETRÔNICO **FED 90013/2024**, destinado a aquisição de **MOURÕES DE EUCALIPTO E TÁBUAS DE MADEIRA**, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de **02/07/2024**, horário 09:00 horas, no sítio www.gov.br/compras. Informações para aquisição/consulta do edital no Centro de Atividades Administrativas, pelo telefone (19) 3743-3749 ou pelo e-mail mguerrero@sp.gov.br

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

UBS BB Investment Bank

CNPJ nº 02.819.125/0001-73 - NIRE 35.300.172.809

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024

1 DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 17:30 horas do dia 25 de abril de 2024, na sede social da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar/parte, Itaim Bibi. **2 PRESENÇA E CONVOCAÇÃO**: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, tendo em vista a presença do único acionista, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Participaram, conforme disposto no artigo 134, §1, da Lei 6.404/1976, o Sr. Marcelo Souza Dias, Diretor, representando os administradores, e o Sr. Emerson Morelli, representante da Ernst & Young Auditores Independentes, Auditor Independente. **3 DOCUMENTOS SUBMETIDOS À ASSEMBLEIA**: Foram submetidos à Assembleia o relatório da Administração, o relatório do Auditor Independente e as demonstrações financeiras auditadas, compostas pelo balanço patrimonial, pela demonstração do resultado, pela demonstração do resultado abrangente, pela demonstração das mutações do patrimônio líquido, pela demonstração dos fluxos de caixa e pelas notas explicativas às demonstrações financeiras, todos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **4 MESA**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe, tendo como secretário o Sr. Antonio Fernando Laurelli Ribeiro. **5 ORDEM DO DIA**: (i). Exame e aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente; (ii). Destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; e (iii). Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2024. **6 DELIBERAÇÕES**: Instalada a Assembleia, após o esclarecimento de que os documentos mencionados na ordem do dia foram colocados à disposição do acionista e as demonstrações financeiras, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente, publicadas na edição de 15 de março de 2024 do Diário de Notícias, o acionista, por voto único e sem quaisquer ressalvas, deliberou: **(i)** Aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos, nos seguintes termos:

		Destinação do Resultado		
Entidade	**Resultado do Exercício de 2023**	**Reserva Legal**	**Dividendos**	**Reserva Estatutária**
UBS CCTVM (R$)	90.135.299,04	4.506.764,95	54.987.928,52	30.640.605,57

(iv). Fixar o limite de R$ 38.131.191,95 (trinta e oito milhões, cento e trinta e um mil, cento e noventa e um reais e noventa e cinco centavos) a título de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024, composto pelos valores de remuneração fixa, benefícios e remuneração variável. **7 ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestou, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, parágrafos 1° e 2°, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presidente: Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe; Secretário: Sr. Antonio Fernando Laurelli Ribeiro. Acionista: UBS BB HOLDING FINANCEIRA S.A. 8 AUTENTICAÇÃO:** Na forma artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, a presente ata de Assembleia Geral é assinada eletronicamente, independentemente da aposição de rubricas em cada página, mediante a utilização de ferramenta independente para esses fins (e.g. Docusign, Clicksign, entre outras). *A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 25 de abril de 2024. JUCESP nº 0.800.781/24-7 em 05.06.2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Mauricio de Sousa Produções S.A.

CNPJ nº 47.257.902/0001-71

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Mauricio de Sousa Produções S.A.** ("**Companhia**") para se reunirem em Assembleia Geral ordinária extraordinária ("**AGOE**"), a ser realizada em primeira convocação em **25/06/2024, às 15h00**, na modalidade híbrida, sendo, presencialmente, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, prédio 19, Espaço 1, Lapa de Baixo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-010 e, por meio de sistema eletrônico, em link de acesso a ser compartilhado. Será oportunizado aos Acionistas deliberar, discutir e votar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: ***(i)*** em sede de Assembleia Geral ordinária: (1) tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, (2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se houver, e (3) eleição da nova administração da Companhia; e ***(ii)*** em sede de Assembleia Geral extraordinária: (1) implementar a governança da empresa com potenciais movimentos societários; (2) reduzir o capital social da Companhia e alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia por conta dos prejuízos acumulados, (3) reformar integralmente e consolidar a nova versão do Estatuto Social, e (4) autorizar os membros da diretoria a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à implementação e registro das resoluções aprovadas nas Assembleias Gerais ordinária e extraordinária. **Instruções Gerais:** os Acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais ordinária e extraordinária mediante apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do art. 126, §1º, da Lei Federal 6.404/76; e o sistema eletrônico e *link* de acesso para participação nas Assembleias Gerais ordinária e extraordinária serão informados por e-mail até 24 (vinte e quatro) horas antes do conclave aos Acionistas e Diretores, nos termos do parágrafo único do art. 121, da Lei Federal 6.404/76. A convocação foi realizada pelo Diretor Presidente Mauricio Araújo de Souza, nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social.

São Paulo/SP, 14 de junho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA** faz público que se encontra aberta a licitação na modalidade Leilão nº 01/2024, cujo objeto é **ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E SUCATAS DIVERSAS, INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONSOANTE ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO ÚNICO**, a ser realizado na modalidade presencial e on-line (via internet) a partir das 10h00min. do dia 18/06/2024 até às 10h00min do dia 05/07/2024 através do site do leiloeiro oficial: https://www.euamoleilao.com.br e no endereço: Avenida 9, 87-A, centro - Almoxarifado Central. O edital e seus anexos poderão ser retirados na íntegra, no endereço eletrônico www.orlandia.sp.gov.br a partir de 18/06/2024 sem qualquer custo para o licitante. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Orlândia, SP, 17 de Junho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Concorrência Eletrônica nº 3/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA / CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA REFORMA DO PAVILHÃO DE EVENTOS. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 03/07/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 03/07/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 03/07/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 17 de junho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 51.218.147/0001-93 - NIRE 35.300.095.618

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 29 de maio de 2024, às 10:00 horas, na sede do **Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Angelina Maffei Vita, nº. 200, 9º andar - parte, CEP 01455-070. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa**: Presidente: Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati; e Secretário: Pedro Jereissati. **4. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** a emissão, formalização e operacionalização, pela Companhia, da 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 (duas) séries, da espécie quirografária, no valor total de R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para colocação privada, conforme disposições legais e regulamentares aplicáveis, por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 12ª (décima segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.*", a ser celebrado por e entre a Companhia e a **OPEA Securitizadora S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a CVM na categoria "S1", com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Europa, CEP 01455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Escritura de Emissão" ou "Escritura" e "Debenturista" ou "Securitizadora", respectivamente), sendo que as Debêntures serão subscritas exclusivamente pela Debenturista, para compor integralmente o lastro dos certificados de recebíveis imobiliários, da 298ª emissão da Debenturista, em até 2 (duas) séries ("CRI"), conforme estabelecido no "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para a Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 298ª Emissão, em até 2 (Duas) Séries, da Opea Securitizadora S.A. Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.*", a ser celebrado entre a Debenturista e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede n cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º Andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário dos CRI" e "Termo de Securitização", respectivamente), nos termos da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor, e da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor, os quais serão objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente), em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão (conforme abaixo definido) com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"); **(II)** a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** celebração da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos; **(b)** celebração do *"Contrato de Coordenação e de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em até 2 (Duas) Séries da 298ª Emissão da Opea Securitizadora S.A."*, entre a Companhia, a Debenturista e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição") e seus eventuais aditamentos; **(c)** contratação dos prestadores de serviços da Oferta, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando, a Securitizadora, o banco ou agente liquidante, o Coordenador Líder, o escriturador, o Agente Fiduciário, a agência de classificação de risco e o(s) assessor(es) legal(is) (em conjunto, "Prestadores de Serviços"), podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; **(d)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e da Oferta; e **(e)** a celebração de quaisquer outros instrumentos, contratos e documentos relacionados à Emissão e/ou à Oferta; e **(III)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão e/ou no âmbito da Oferta, incluindo, mas não se limitando, àqueles em consonância com as deliberações constantes nos itens (i) e (ii) acima. **5. Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros presentes deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **(I)** nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), aprovar a realização da Emissão, com as seguintes principais características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas pela Escritura de Emissão: **(a) Número da Emissão:** a Emissão representa a 12ª (décima segunda) emissão de Debêntures da Companhia; **(b) Número de Séries:** a Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de debêntures a serem alocadas em cada série será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, de modo que a quantidade de Debêntures emitida em cada uma das séries deverá ser abatida da quantidade total de Debêntures, definindo a quantidade a ser alocada em cada série e o número final de séries, de forma que a soma das Debêntures alocadas em cada uma das séries efetivamente emitida deverá corresponder à quantidade total de Debêntures objeto da Emissão ("Sistema de Vasos Comunicantes"); **(c) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). O valor das debêntures da primeira série ("Debêntures 1ª Série") e o valor das Debêntures da segunda série ("Debêntures 2ª Série") serão definidos conforme demanda pelas Debêntures de cada série, tendo em vista o Sistema de Vasos Comunicantes, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*; **(d) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2024 ("Data de Emissão"); **(e) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pela inscrição do titular das Debêntures no Livro de Registro de Debêntures Nominativas. A Companhia se obriga a promover a inscrição da Debenturista no Livro de Registro de Debêntures Nominativas até a primeira Data de Integralização (abaixo definido). Para fins de comprovação do cumprimento da obrigação quanto à inscrição da Debenturista, a Companhia deverá, dentro do prazo estabelecido na Escritura de Emissão, apresentar aa Debenturista cópia digitalizada da página do Livro de Registro de Debêntures Nominativas que contenha a inscrição do seu nome como detentora da totalidade das Debêntures; **(f) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão integralmente subscritas pela Debenturista, por meio da assinatura do boletim de subscrição, conforme modelo constante no Anexo V da Escritura de Emissão, e a formalização da Escritura de Emissão, sendo certo que tal assinatura ocorrerá anteriormente à efetiva emissão dos CRI, momento no qual as Debêntures passarão a ser consideradas como integrantes do Patrimônio Separado dos CRI, ainda que não tenha havido a integralização das Debêntures. As Debêntures serão integralizadas, no ato da subscrição, à vista, na primeira Data de Integralização, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, com recursos decorrentes da integralização dos CRI ("Data de Integralização") na Conta do Patrimônio Separado (conforme definido na Escritura de Emissão). Em caso de integralização em mais de uma data, as Debêntures que venham ser integralizadas em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização, serão integralizadas na Conta do Patrimônio Separado pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Integralização"); **(g) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 700.000 (setecentas mil) Debêntures. A quantidade de Debêntures alocadas em cada série e a quantidade de séries serão definidas de acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, apuradas conforme demanda pelas Debêntures, por meio do Procedimento de *Bookbuilding;* **(h) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); **(i) Conversibilidade e Permutabilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis e não permutáveis em ações de emissão da Companhia; **(j) Desmembramento**: Não será admitido o desmembramento da Remuneração, do Valor Nominal Unitário e/ou dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do artigo 59, inciso IX, da Lei das Sociedades por Ações; **(k) Espécie:** as Debêntures são da espécie quirografária, sem garantia, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Companhia em particular para garantia dos Titulares dos CRI, conforme definido na Escritura de Emissão, em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures; **(l) Garantia:** as Debêntures não contarão com qualquer tipo de garantia; **(m) Vinculação à Operação de Securitização:** as Debêntures serão subscritas exclusivamente pelo Debenturista, para compor integralmente o lastro dos CRI, conforme estabelecido no Termo de Securitização; **(n) Prazos e Data de Vencimento:** observado o disposto na Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, oferta de resgate antecipado, resgate antecipado obrigatório e resgate antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Emissão o prazo de vencimento das Debêntures será de 2.918 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de junho de 2032 ("Data de Vencimento"); **(o) Destinação dos Recursos**: independentemente da ocorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão ou do resgate antecipado das Debêntures e, consequentemente, dos CRI, os recursos líquidos obtidos e captados pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia diretamente e/ou pelas suas controladas, diretas ou indiretas, e/ou investidas, considerando inclusive o condomínio ou consórcios dos shopping centers ("Sociedades"), até a data de vencimento dos CRI, ou até que comprovem a aplicação da totalidade dos recursos obtidos com a emissão das Debêntures, o que ocorrer primeiro, para o custeio de despesas de natureza imobiliária futuras vinculadas e atinentes direta e indiretamente ao desenvolvimento, aquisição, manutenção e reforma dos imóveis indicados no Anexo II da Escritura de Emissão ("Imóveis Destinação"), nos termos do artigo 4º, § único do Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021; **(p) Forma e Local de Pagamento:** os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia mediante depósito dos valores devidos na conta corrente de titularidade da Debenturista indicada na Escritura de Emissão, através de TED ou outro meio de depósito; **(q) Atualização Monetária das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(r) Coleta de Intenção de Investimento (Procedimento de Bookbuilding):** será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação e a definição, com a Companhia, (i) o número de séries da emissão dos CRI, e, consequentemente, a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série da emissão das Debêntures, observado que qualquer uma das séries das Debêntures poderá ser cancelada; (ii) a quantidade de CRI a ser alocada em cada série da emissão dos CRI e, consequentemente, a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série da emissão das Debêntures; e (iii) a taxa final para a Remuneração dos CRI para cada série, e, consequentemente, para a as taxas para a remuneração das Debêntures de cada série ("Procedimento de Bookbuilding"); **(s) Remuneração das Debêntures da 1ª Série:** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondentes a 100,00% (cem inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, ("Taxa DI") acrescida de sobretaxa de até 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures 1ª Série"). A Remuneração das Debêntures 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures 1ª Série ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive; **(t) Remuneração das Debêntures da 2ª Série:** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures 2ª Série, incidirão juros remuneratórios, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondentes a, no máximo, 103,00% (cento e três inteiros por cento) da variação acumulada das Taxa DI ("Remuneração das Debêntures 2ª Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a "Remuneração das Debêntures"). A Remuneração das Debêntures 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures 2ª Série ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive; **(u) Pagamento da Remuneração:** ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, oferta de resgate antecipado, resgate antecipado obrigatório e resgate antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente paras todas as séries, sem carência, a partir da Data de Emissão, sempre nos meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 12 de dezembro de 2024 para todas as séries, e os demais pagamentos devidos nas datas indicadas no Anexo I da Escritura de Emissão (cada uma das datas, "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"); **(v) Amortização do Valor Nominal Unitário:** observado o disposto na Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, oferta de resgate antecipado, resgate antecipado obrigatório e resgate antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, em 2 (duas) parcelas idênticas, a partir do 7º (sétimo) ano (inclusive), contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 11 de junho de 2031 e a última na Data de Vencimento, conforme cronograma abaixo:

Parcela	Data de Amortização do Principal	Percentual a ser Amortizado do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série
1ª	11 de junho de 2031	50,0000%
2ª	Data de Vencimento	100,0000%

(w) Encargos Moratórios: ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Titulares dos CRI relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(x) Repactuação:** as Debêntures não serão objeto de repactuação; **(y) Resgate Antecipado Facultativo:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, observando os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures de uma ou ambas as séries, com o consequente cancelamento das Debêntures, conforme fórmula prevista na Escritura e percentuais de prêmio previstos na tabela abaixo.

Data do Resgate Antecipado Facultativo	Percentual do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo
Data de Emissão até 15 de junho de 2026 (exclusive)	0,40% a.a.
15 de junho de 2026 (inclusive) até 15 de junho de 2028 (exclusive)	0,30% a.a.
15 de junho de 2028 (inclusive) até Data de Vencimento (exclusive)	0,20% a.a.

(z) Amortização Extraordinária Facultativa: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, observando os termos e as condições estabelecidos abaixo, realizar amortização antecipada facultativa, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da respectiva série, conforme fórmula prevista na Escritura e percentuais de prêmio previstos na tabela abaixo.

Data da Amortização Extraordinária	Percentual do Prêmio de Amortização Extraordinária
Data de Emissão até 15 de junho de 2026 (exclusive)	0,40% a.a.
15 de junho de 2026 (inclusive) até 15 de junho de 2028 (exclusive)	0,30% a.a.
15 de junho de 2028 (inclusive) até Data de Vencimento (exclusive)	0,20% a.a.

(aa) Oferta de Resgate Antecipado: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado para a totalidade das Debêntures da respectiva série, podendo a Debenturista aceitar ou não a oferta de resgate antecipado, de acordo com a manifestação de adesão à oferta de resgate antecipado pelos Titulares dos CRI; **(bb) Resgate Antecipado Obrigatório por Indisponibilidade da Taxa DI:** a Companhia deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento dos CRI, caso haja indisponibilidade da Taxa DI, nos termos previstos na Escritura de Emissão, sem que haja acordo sobre o novo índice na assembleia especial de Titulares dos CRI, a ser realizada nos termos descritos no Termo de Securitização ou em caso de ausência de quórum de instalação e/ou deliberação na respectiva assembleia especial de Titulares dos CRI; **(cc) Vencimento Antecipado:** poderão ser declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, podendo a Debenturista, conforme aplicável, exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos encargos moratórios que serão devidos a partir da respectiva data de inadimplemento, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.25.1 e 6.25.2 da Escritura de Emissão (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"). **(dd) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão aquelas a serem especificadas na Escritura de Emissão; **(II)** aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e da Oferta, bem como a formalização das matérias tratadas no item "I" acima, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** celebração da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos; **(b)** celebração do Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos; **(c)** contratação dos Prestadores de Serviços da Oferta, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; **(d)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e da Oferta; e **(e)** a celebração de quaisquer outros instrumentos, contratos e documentos relacionados à Emissão e/ou à Oferta; e **(III)** ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão e/ou no âmbito da Oferta, incluindo, mas não se limitando, àqueles em consonância com as deliberações constantes nos itens "I" e "II" acima. **6. Encerramento**: Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente; e Pedro Jereissati - Secretário. Conselheiros Presentes: CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI; PEDRO JEREISSATI; CARLOS JEREISSATI. São Paulo/SP, 29 de maio de 2024. **Confere com Original Lavrado em Livro Próprio. Pedro Jereissati** - Secretário. JUCESP nº 218.844/24-4 em 11/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.

UBS BB Investment Bank

CNPJ nº 11.049.895/0001-75

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 25 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizadas às 17:00 horas do dia 25 de abril de 2024, na sede social da UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar, Itaim Bibi, São Paulo ("Companhia"). **2. PRESENÇA E CONVOCAÇÃO**: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, em razão de estarem presentes os sócios acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, a saber: (a) **UBS AG**, sociedade constituída e existente sob as leis da Suíça, com endereços em Bahnhofstrasse 45, 8001, Zurique e Aeschenvorstadt 1, 4051, Basiléia, Suíça, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.708.618/0001-24, neste ato representada por seus procuradores, Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 63603784-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 776.890.627-68, e Sra. Betina Machado Ferraz, brasileira, divorciada, administradora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 13.598.254-6 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 177.865.708-70, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4440, 9º andar, São Paulo, SP, CEP 04538-132; e (b) **BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, sociedade anônima, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Paulista 1230, 9º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-901, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 24.933.830/0001-30 ("BB-BI"), neste ato representado por seu diretor, Sr. Geraldo Morete Junior, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.654.163-1 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 082.851.008-39, com endereço comercial Avenida Paulista, 1230, 12ºandar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-901. Participaram, conforme disposto no Artigo 134, §1, e 164 da Lei 6.404/1976, respectivamente: a. O Sr. Marcelo Souza Dias, Diretor de Operações, representando os administradores; b. O Sr. Emerson Morelli, representante da Ernst & Young Auditores Independentes, Auditoria Independente; e c. O Sr. Guilherme João Ferraioli, membro do Conselho Fiscal. **3. DOS DOCUMENTOS SUBMETIDOS ÀS ASSEMBLEIAS**: Foram submetidos às Assembleias o relatório da administração, o relatório do Auditor Independente, as demonstrações financeiras auditadas, compostas pelos balanços patrimoniais individuais e consolidados, pelas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, pelas demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente, pelas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, pelas demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa e pelas notas explicativas às demonstrações financeiras; e o parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **4. MESA**: Presidente: Sr. Francisco Augusto Lassalvia; e Secretária: Sra. Silvia Brasil Coutinho. **5. ORDEM DO DIA**: **Assembleia Geral Ordinária:** i. Exame e aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente, e do parecer do Conselho Fiscal; ii. Destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e a distribuição de dividendos, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal; iii. Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2024; e iv. Fixação da remuneração global do Conselho Fiscal para o exercício de 2024 e fixação dos pró-labores mensais. **Assembleia Geral Extraordinária:** i. Autorização de voto para destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e a distribuição de dividendos das controladas UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS CCTVM"), UBS BB Holding Financeira S.A. ("UBS BB HF"), UBS Brasil Banco de Investimento S.A. ("UBS BI") e UBS BB Argentina S.A.U ("UBS BB Argentina"); ii. Autorização de voto para fixação da remuneração global dos administradores das controladas UBS CCTVM, UBS BB HF e UBS BI para o exercício de 2024; iii. Autorização de voto para a determinação do número de um síndico titular e um síndico suplente, e nomeação de Síndico Titular e Suplente da entidade controlada UBS BB Argentina S.A.U.; e iv. Autorização de voto para deliberação sobre os montantes pagos ao Liquidante e ao Síndico da UBS BB Argentina S.A.U. no exercício de 2023. **6. DELIBERAÇÕES**. Instaladas as Assembleias, após o esclarecimento de que os documentos mencionados na ordem do dia foram colocados à disposição dos acionistas e as demonstrações financeiras, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente, e do parecer do Conselho Fiscal, foram publicadas na edição de 15 de março de 2024 do Diário de Notícias, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, deliberaram: **Assembleia Geral Ordinária: i.** Aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos relatórios da Administração e do Auditor Independente, e do parecer do Conselho Fiscal; **ii.** Aprovar a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e a distribuição de dividendos, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, nos seguintes termos:

Entidade	Resultado do Exercício de 2023	Destinação do Resultado: Reserva Legal	Dividendos	Reserva Estatutária
UBS BB Serviços (R$)	67.658.085,85	3.382.904,29	25.710.072,62	38.565.108,93

iii. Fixar o limite de R$ 4.235.688,84 (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) a título de remuneração global dos administradores da Companhia, para o exercício de 2024; **iv.** Fixar o limite de R$ 585.623,52 (quinhentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), a título de remuneração total a ser paga aos membros do Conselho Fiscal, no exercício de 2024. Fixar os pró-labores mensais dos membros titulares do Conselho Fiscal em R$ 12.200,49 (doze mil, duzentos reais e quarenta e nove centavos), para o exercício de 2024. A remuneração dos membros suplentes do Conselho Fiscal estará condicionada ao efetivo exercício da suplência e será proporcionalmente calculada, em razão do período das atividades exercidas. **Assembleia Geral Extraordinária: i.** Autorizar voto para que a Companhia, por si e por suas controladas, na qualidade de acionistas indiretas, realize a destinação do resultado do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2023, e a distribuição de dividendos da UBS CCTVM, UBS BB HF, UBS BI e UBS BB Argentina, na forma proposta pelas respectivas diretorias, conforme abaixo, a serem deliberadas em Assembleia Geral de cada entidade:

Entidade	Resultado do Exercício de 2023	Destinação do Resultado: Reserva Legal	Dividendos	Reserva Estatutária
UBS BB HF (R$)	92.484.655,74	4.624.232,79	57.116.530,28	30.743.892,67
UBS CCTVM (R$)	90.135.299,04	4.506.764,95	54.987.928,52	30.640.605,57
UBS BI (R$)	2.240.633,44	112.031,67	2.128.601,77	-
UBS BB Argentina (R$)	(2.320.523,06)	-	-	-

ii. Autorizar voto para que a Companhia, por si e por suas controladas, na qualidade de acionistas indiretas, realize a fixação da remuneração global dos administradores da UBS CCTVM, UBS BB HF e UBS BI, para o exercício de 2024, a serem deliberadas na Assembleia Geral de cada entidade, conforme abaixo:

	Remuneração Global 2024
UBS CCTVM	R$ 38.131.191,95
UBS BB HF	R$ 0,00
UBS BI	R$ 0,00

iii. Autorizar voto para que a Companhia, na qualidade de acionista direta, realize a determinação do número de um síndico titular e um síndico suplente, e a nomeação do Sr. Santos Oscar Sarnari ao cargo de Síndico Titular, e a nomeação do Sr. Victor Mariano Payaslian ao cargo de Síndico Suplente da UBS BB Argentina S.A.U., a serem deliberadas pela Assembleia Geral da controlada; e **iv.** Autorizar voto para que a Companhia, na qualidade de acionista direta, realize a deliberação dos valores pagos ao Liquidante e ao Síndico da UBS BB Argentina S.A.U. no exercício de 2023, a ser efetuada em Assembleia Geral da controlada, conforme abaixo:

	Valor
Liquidante	AR$ 0,00
Síndico	AR$ 800.000,00

7 ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestou, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, parágrafos 1° e 2°, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Sr. Francisco Augusto Lassalvia; e Secretária: Sra. Silvia Brasil Coutinho**; Acionistas**: UBS AG e BB-Banco de Investimento S.A. **8 AUTENTICAÇÃO**: na forma artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, a presente ata de Assembleia Geral é assinada eletronicamente, independentemente da aposição de rubricas em cada página, mediante a utilização de ferramenta independente para esses fins (e.g. Docusign, Clicksign, entre outras). Declaramos, ainda, que a presente ata é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. *A presente ata é cópia fiel da original lavrada no livro próprio.* São Paulo, 25 de abril de 2024. JUCESP nº 0.800.862/24-7 em 05.06.2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

REVOGAÇÃO

Processo Administrativo Nº 3365/2024

Processo Licitatório nº 025/2024

Pregão nº 004/2024

Forma Eletrônica

Objeto: Aquisição de Caminhão Basculante 0 (zero) km, para uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme plano de trabalho referente ao convênio nº 941638/2023, celebrado entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Município da Estância Turística de Pereira Barreto.

Considerando, a manifestação da intenção de revogar o certame supra as partes interessadas, para o fim previsto no art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Após garantido o direito e o prazo do contraditório e da ampla defesa, decido:

I - Revogar o certame em tela.

II - Determinar abertura de novo processo licitatório, com a mesma finalidade.

Estância Turística de Pereira Barreto, 17 de junho de 2024.

João de Altayr Domingues

Prefeito.

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/24**, processo nº 024.00066739/2024-82, destinado a **AQUISIÇÃO DE AGAR BASE E OUTROS MATERIAIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA EQUIPE TÉCNICA DE MICROBIOLOGIA DESTE INSTITUTO.** A abertura da sessão será dia 01/07/2024 as 09:00 horas. no site: compras.Gov.br cujo edital encontra-se disponível.

SOEG ALPHAVILLE VEÍCULOS S.A.

CNPJ 02.717.846/0001-72 – NIRE 35.300.478.045

Edital de Convocação

Ficam convidados os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 26 de junho de 2024, às 12,00 horas, na Estrada da Aldeinha, nº 525, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06465-100, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada de contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 publicados no Jornal Diário de Notícias dia 30 de abril de 2024; b) Consolidação do Estatuto Social; e c) Outros assuntos de interesse social. Barueri (SP), 13 de junho de 2024. A Diretoria. (14, 15 e 18)

SOEG OSASCO VEÍCULOS S.A.

CNPJ 15.705.660/0001-45 – NIRE 35.300.477.359

Edital de Convocação

Ficam convidados os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 26 de junho de 2024 de 2024, às 12,30 horas, na Estrada da Aldeinha, nº 525, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06465-100, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada de contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 publicados no Jornal Diário de Notícias dia 30 de abril de 2024; b) Consolidação do Estatuto Social; e c) Outros assuntos de interesse social. Barueri (SP), 13 de junho de 2024. A Diretoria. (14, 15, 18)

Mancini Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 39.709.628/0001-04

Demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			**Circulante**		
Caixa e Equivalente de Caixa	429.298	487.079	Fornecedores de Mercadorias	5.890.916	3.424.362
Contas a Receber	3.159.071	2.069.971	Empréstimos e Financiamentos	58.352	100.019
Estoques	1.770.695	1.953.532	Obrigações Trab. Previdenciárias	785.601	463.740
Impostos a Recuperar	63.977	116.147	Obrigações Tributárias	130.538	197.089
Adiantamentos	69.481	49.119	Provisão para IRPJ/CSLL	53.019	57.114
Créditos Diversos	27.764	11.796	Adiantamentos de Clientes	1.143.627	1.641.714
Total Ativo Circulante	**5.520.286**	**4.687.644**	**Total Passivo Circulante**	**8.062.053**	**5.884.038**
Não Circulante			**Não Circulante**		
Títulos de Capitalização	160.000	160.000	Empréstimos e Financiamentos	-	58.333
Imobilizado	2.842.128	1.787.461	Obrigações Tributárias	207.077	253.672
Total do Ativo não Circulante	**3.002.128**	**1.947.461**	**Total do Passivo não Circulante**	**207.077**	**312.005**
Total do Ativo	**8.522.414**	**6.635.105**	Capital Social	170.000	170.000
			Reservas de Lucros	83.284	269.062
			Total do Patrimônio Líquido	**253.284**	**439.062**
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**8.522.414**	**6.635.105**

Demonstração do Resultado Abrangente

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	149.105	171.833
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total Dos Resultados Abrangentes	149.105	171.833

Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta de Vendas	25.651.069	19.034.041	dos Efeitos Financeiros	242.495	211.695
(-) Deduções da Receita Bruta	(6.321.918)	(4.560.285)	**Efeitos Financeiros Líquidos**	(40.371)	16.752
Receita Operacional Líquida	19.329.151	14.473.756	Despesas Financeiras	(117.510)	(110.735)
(-) Custo de Produtos Vendidos	(14.852.214)	(10.297.502)	Receitas Financeiras	77.139	127.487
Lucro Bruto Operacional	4.476.937	4.176.254	**Lucro Líquido Operacional**	202.124	228.447
(-) Despesas Operacionais	(4.234.442)	(3.964.559)	**Resultados Não Operacionais**	-	500
Despesas Administrativas	(2.281.131)	(2.282.952)	**Lucro Líquido Antes da Provisão p/ Imposto de Renda**	202.124	228.947
Despesas Comerciais	(1.906.917)	(1.605.475)	(-) Provisão para		
Impostos e Taxas	(46.394)	(76.132)	Imposto de Renda e CSLL	(53.019)	(57.114)
Lucro Líquido Antes			**Lucro Líquido do Exercício**	**149.105**	**171.833**

Demonstração das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo Final em 31 Dezembro de 2021	110.000	-	250.228	-	360.228
Aumento de Capital Social	60.000	-	-	-	60.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	171.833	171.833
Reserva Legal	-	8.592	-	(8.592)	-
Distribuição de Lucros	-	-	(153.000)	-	(153.000)
Reservas de Lucros	-	-	163.242	(163.242)	-
Saldo Final em 31 Dezembro de 2022	170.000	8.592	260.469	-	439.061
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	149.105	149.105
Reserva Legal	-	7.455	-	(7.455)	-
Distribuição de Lucros	-	-	(334.883)	-	(334.883)
Reservas de Lucros	-	-	141.650	(141.650)	-
Saldo Final em 31 Dezembro de 2023	170.000	16.047	67.236	-	253.283

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Proveniente das Operações		
Lucro Líquido do Exercício	202.124	228.447
(+/-) Ajustes do Resultado Líquido		
Depreciações	309.619	72.071
Reserva Legal	(7.455)	(8.592)
Resultado na Venda de Ativos Imobilizados	-	500
Encargos Financeiros sobre Empréstimos	27.355	11.417
Provisão p/ IR e CS	(53.019)	(57.114)
Resultado Líquido Ajustado	478.624	246.730
I - Das Atividades Operacionais (Aumento) Ou Redução nos Ativos Operacionais	(890.423)	(845.685)
Contas a Receber	(1.089.100)	94.286
Estoques	182.837	(803.948)
Impostos a Recuperar	52.170	(64.998)
Adiantamentos a Fornecedores	(20.362)	771
Créditos Diversos	(15.968)	(11.796)
Aplicações Financeiras - Longo Prazo	-	(60.000)
Aumento ou (Redução) nos Passivos Operacionais	2.173.087	1.941.038
Fornecedores	2.466.554	396.916
Obrigações Trabalhistas	321.861	253.906
Obrigações Tributárias	(66.551)	77.179
Provisão p/ IR e CS	(4.095)	(197.249)
Contas a Pagar	(498.087)	1.156.614
Obrigações Tributárias (Não Circulante)	(46.595)	253.672
Caixa Líquido Aplicado Nas Operações	1.761.288	1.342.083
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	1.761.288	1.342.083
II - Das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Bens Imobilizado	(1.364.286)	(1.389.137)
Vendas de Bens do Imobilizado	-	21.500
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(1.364.286)	(1.367.637)
III - Das Atividades de Financiamentos		
Aumento de Capital	-	60.000
Captações de Empréstimos e Financiamentos	-	200.000
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(127.355)	(53.031)
Reservas de Lucros	7.455	8.567
Distribuições de Lucros	(334.883)	(153.000)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	(454.783)	62.536
Aumento(Redução) no Saldo de Caixa e Caixa Equivalente de Caixa	(57.781)	36.982
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	487.079	450.097
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	429.298	487.079
Aumento no Saldo de Caixa e Caixa Equivalente de Caixa	(57.781)	36.982

Marco Aurélio Batista dos Reis - Representante Legal

Claudio Antonio Nardini - Contador CRC/Nº 1SP207171/O-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Artigo 24 § único do Decreto Municipal 19.138/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024 - Processo Administrativo Nº 481/2024

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, por meio da Secretaria Municipal de Administração torna público, a todos os interessados que está promovendo o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024, destinado à seleção de Organização da Sociedade Civil para firmar TERMO DE COLABORAÇÃO.

DO OBJETO: Chamamento Público visando à seleção de Organização da Sociedade Civil "OSC" interessada em celebrar Termo de Colaboração que tenha por objeto a execução de serviço especializado para cessão de menores aprendizes para prestarem serviços nas "Secretarias Municipais de Araçatuba" e órgãos (conveniados com o município de Araçatuba).

VALOR DE REFERÊNCIA: R$ 1.444.008,48 (um milhão quatrocentos e quarenta e quatro mil oito reais e quarenta e oito centavos). DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/07/2024. O presente Chamamento Público e a consequente parceria fundamentam-se na Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações e Decreto Municipal Nº 19.138, de 22 de Fevereiro de 2017. As propostas a serem apresentadas pelas OSCs deverão ser encaminhadas em envelope lacrado, via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente, dirigida à Comissão de Seleção do Chamamento Público, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no seguinte endereço: Rua Coelho Neto, Nº 73, Vila São Paulo, CEP: 16015-920, Araçatuba/SP, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h30 às 16h30, no período de 19/06/2024 até às 09h00 do dia 22/07/2024. Deverá constar no envelope a seguinte inscrição:

À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO DE SELEÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO
EDITAL Nº 004/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 481/2024

OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL "OSC" SEM FINS LUCRATIVOS INTERESSADA EM CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO QUE TENHA POR OBJETO A EXECUÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA CESSÃO DE MENORES APRENDIZES PARA PRESTAREM SERVIÇOS NAS "SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARAÇATUBA" E ÓRGÃOS (CONVENIADOS COM O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA).

PROPOSTA:

INSTITUIÇÃO:

CNPJ:

ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO:

O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 17 de junho de 2024.

MAURICEIA MUTO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR LOTE na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 549/2024- PROCESSO DIGITAL Nº 1.354/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 18/06/2024 até as 08h30min do dia 04/07/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 04/07/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 04/07/2024.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 17 de junho de 2024.

ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO GLOBAL na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 638/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 8.810/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES PARA A ARBITRAGEM DOS 66° JOGOS REGIONAIS DA 6ª REGIÃO ESPORTIVA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 18/06/2024 até as 08h30min do dia 03/07/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 03/07/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 03/07/2024.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 17 de junho de 2024.

ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 41/2024 - Processo Administrativo nº 3872/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS COM POSTE PARA INSTALAÇÕES EM DIVERSOS PONTOS DA CIDADE, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 18 de junho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 01 de julho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/24**, processo nº 024.00090827/2024-03, destinado a **AQUISIÇÃO DE CAPAS E TRAVESSEIROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTE INSTITUTO**. A abertura da sessão será dia 01/07/2024 as 09:00 horas. no site: compras.Gov.br cujo edital encontra-se disponível.

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Supremo decide que portos secos podem ser concedidos por até 25 anos, com prorrogação máxima de 10 anos

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quinta-feira (13), que o prazo máximo para a concessão de portos secos é de 25 anos e sua eventual prorrogação é de 10 anos. Respeitados esses limites, cabe à administração pública definir, em cada caso, o prazo de duração contratual e, se for o caso, o de sua prorrogação. Assim, os prazos podem ser inferiores aos previstos na Lei 9.074/1995, na redação dada pela Lei 10.684/2003.

Na conclusão do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3497, o Plenário entendeu, ainda, que somente podem ser prorrogados os contratos precedidos de licitação.

A prorrogação não pode ser automática e deve ser formalizada por meio de aditivo contratual. A medida, ainda, deve ser justificada, e a prorrogação deve respeitar o prazo máximo de dez anos.

Prazo inflexível - O julgamento havia sido iniciado no Plenário Virtual, mas o relator, ministro Dias Toffoli, pediu destaque para que a proclamação do resultado ocorresse em sessão presencial.

Em seu voto, Toffoli apontou que o Legislativo pode definir em lei os prazos máximos para concessões ou permissões, mas não fixar diretamente um prazo contratual aplicável a todas elas, de forma invariável e inflexível, como fez a Lei 10.684/2003.

STF e STJ encerram treinamento sobre precedentes para magistrados e servidores

Representantes de tribunais das regiões Norte, Nordeste e Sudeste concluíram, quinta-feira (13) a quarta edição do "Projeto Imersão: Precedentes na Prática". O evento aconteceu nos dias 10 e 11 no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nos dias 12 e 13 no Supremo Tribunal Federal (STF).

Neste último dia do treinamento, foram apresentados, de forma teórica e prática, os fluxos de exame de processos, de admissibilidade dos recursos e de como o STF faz a gestão dos precedentes (decisões que orientam os tribunais de todo país). A ideia do projeto de imersão é ampliar o conhecimento sobre os precedentes e a compreensão desses de forma objetiva por parte dos demais tribunais.

O projeto, coordenado pela Secretaria de Gestão de Precedentes do STF, é destinado a magistrados e servidores de tribunais federais e de justiça dos estados. A simplificação da linguagem também foi tema do debate. "Muitos tribunais já solicitaram ao Supremo o compartilhamento de manuais e protocolos, utilizados pelo STF, para que a linguagem simples seja aplicada por eles", contou o secretário de Gestão de Precedentes, Ciro Grynberg.

Núcleo de Processos Estruturais do STF vai acompanhar medidas de proteção a povos indígenas isolados

O Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (Nupec) do Supremo Tribunal Federal (STF) vai acompanhar e monitorar as medidas de proteção a terras indígenas com povos isolados e de recente contato (que mantêm contato seletivo com segmentos da sociedade) estabelecidas pelo Tribunal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 991. O encaminhamento dos autos ao setor foi determinado pelo ministro Edson Fachin, relator da ação.

No despacho, Fachin justificou a medida em razão da complexidade da causa e explicou que o procedimento não interfere nos prazos em curso em relação à última decisão no processo.

Ele lembrou, ainda, que a ADPF tem caráter estrutural e, por isso, destina-se a implementar medidas necessárias e determinadas pelo Plenário. O objetivo é efetivar uma política pública institucional que assegure condições de sobrevivência e garantia territorial aos povos indígenas isolados e de recente contato brasileiros, nos termos da Constituição da República.

Plano de ação - Em agosto de 2023, o Tribunal referendou decisão do relator que determinou à União a adoção de medidas necessárias para garantir a proteção integral dos territórios com presença de povos indígenas isolados e de recente contato, incluindo a apresentação, em 60 dias, de um plano de ação nesse sentido.

Veja como votou cada ministro do STF no julgamento sobre a correção do FGTS

O STF decidiu quarta-feira, 12, que os saldos do Fundo de Garantia do FGTS devem ser corrigidos, no mínimo, por percentuais iguais aos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação.

Os ministros acordaram que a mudança não terá efeitos retroativos.

A decisão é uma vitória para o governo, que chegou a um acordo com centrais sindicais e conseguiu evitar a obrigação de fazer a correção pela caderneta de poupança. O impacto neste caso seria de R$ 31 bilhões em 15 anos, segundo cálculos apresentados pela União.

Atualmente, o FGTS tem correção de 3% ao ano mais a Taxa Referencial (TR).

Veja como votou cada ministro:

(Foto: EBC)

Luís Roberto Barroso - "O meu ponto de vista é que não se deve remunerar a poupança do trabalhador por valor inferior ao da caderneta de poupança, porque considero que isso é um confisco."

Reajuste pela poupança

Luís Roberto Barroso - "O meu ponto de vista é que não se deve remunerar a poupança do trabalhador por valor inferior ao da caderneta de poupança, porque considero que isso é um confisco."

André Mendonça - "Eu, neste ponto, acho que estou mais social do que liberal. Não por vontade própria, mas por ver na Constituição, no artigo 7º, um mandamento que impõe essa vinculação."

Edson Fachin - "É possível, e até necessário, ter a consideração do impacto (financeiro) das decisões. Nada obstante, a consequência não deve ser necessariamente uma premissa, ela deve iluminar a decisão, mas não pode condicioná-la."

Kassio Nunes Marques - "A correção do valor do saldo assume importância fundamental para o trabalhador. O poder público não pode, simplesmente, deixar de corrigir o saldo."

Manter a remuneração atual

Cristiano Zanin - "O FGTS não se confunde com aplicação financeira."

Alexandre de Moraes - "O direito ao FGTS é um direito social, mas não de natureza estritamente patrimonial."

Dias Toffoli - "O financiamento popular é a função social do fundo de garantia, que foi criado exatamente para ser um fundo de infraestrutura urbana. Até hoje, a população trabalhadora, mais pobre, tem acesso à habitação via financiamento do FGTS e via juros subsidiados. Então, na verdade, há uma repartição de solidariedade entre os próprios trabalhadores para que aqueles com menos condições econômicas e sociais tenham acesso à casa própria."

Gilmar Mendes - "Se tem um campo em que se recomenda fortemente a autocontenção (do Poder Judiciário) é em relação à economia e às finanças públicas."

Manter a forma atual desde que a correção alcance o IPCA

Flávio Dino - "Responsabilidade fiscal é um direito fundamental do cidadão, sem o qual não existem políticas sociais O Judiciário deve evitar a criação de novas despesas obrigatórias. Essa é uma diretriz hermenêutica da vida brasileira, em que a sustentabilidade fiscal é um imenso desafio "

Cármen Lúcia - "Todos estão empenhados em garantir, nem apenas a estrutura e manutenção do fundo, mas a função social a que ele se destina, basicamente habitação a quem mais precisa."

Luiz Fux - "Nós não podemos ser mais realistas do que o rei. O governo defendeu na tribuna do Supremo e esclareceu que o IPCA é mais adequado que o IPC Poupança. Garantindo a governabilidade e protegendo o direito do trabalhador, eu entendo que a proposta da União é irrecusável."

STF suspende edital para vaga destinada à advocacia no TJ-PI

(Foto: EBC)

Ministro Dias Toffoli concedeu liminar por considerar que cadeira deve ser destinada ao Ministério Público, e não à OAB.

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu edital da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Piauí (OAB-PI) para preenchimento de vaga destinada ao quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI).

O quinto é um instrumento que garante que a cadeira será preenchida, de forma alternada, por integrantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A decisão liminar (provisória e urgente) foi proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (AD) 7667, apresentada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) contra dispositivo de lei complementar estadual que aumentou de 20 para 22 o número de desembargadores no TJ-PI e, em razão disso, aumentou de quatro para cinco as vagas do quinto constitucional e destinou a nova vaga para integrante da advocacia. A Conamp alega que a vaga deveria ser destinada ao Ministério Público.

A decisão do ministro também suspende a eficácia do dispositivo questionado.

Em análise preliminar do caso, o ministro Toffoli considerou que a escolha subverte a regra da Lei Orgânica da Magistratura (Loman) para alternância de vagas do quinto constitucional. Isso porque o STF e o Conselho Nacional de Justiça entendem que, em casos de tribunais com número ímpar de vagas reservadas ao quinto, a vaga ímpar seguinte deverá ser preenchida pela classe (OAB ou Ministério Público) não contemplada na anterior.

Suspensão de prazo de prescrição em matéria penal com repercussão geral depende do relator no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou seu entendimento de que a paralisação de processos penais e do prazo de prescrição não decorre, automaticamente, do reconhecimento da repercussão geral da matéria. Isso só ocorrerá se o relator do caso paradigma (processo em que o STF fixará a tese) determinar a suspensão nacional de todos os processos sobre a controvérsia. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE 1448742), com repercussão geral (Tema 1.303) e mérito julgado no Plenário Virtual da Corte. O recurso foi relatado pelo ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF.

Suspensão de prazos - Autor do RE, o Ministério Público do Estado de Rio Grande do Sul (MP-RS) questionava decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia reconhecido a prescrição (perda da capacidade de o Estado punir o acusado) no caso de um condenado que cumpria pena em Canoas (RS) e respondia por falta disciplinar por ter fugido e cometido novo crime doloso.

A matéria de fundo teve repercussão geral reconhecida pelo STF e, nesses casos, os demais recursos extraordinários (REs) sobre o mesmo tema ficam paralisados, nos termos do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil (CPC). O MP-RS alegava que a suspensão do prazo prescricional seria uma consequência automática da paralisação dos REs, para aguardar a definição da tese de repercussão geral. Para o órgão, não suspender o prazo prescricional impede sua atuação e gera desequilíbrio entre as partes.

STF abre ação penal contra mais 19 acusados nos atos antidemocráticos de 8/1

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra mais 19 pessoas envolvidas nos atos antidemocráticos de 8/1/2023. Com o recebimento das denúncias, os acusados se tornam réus em ações penais no STF. Quando uma denúncia é recebida, não se decide ainda eventual culpa. Basta a demonstração do fato criminoso e a apresentação de indícios razoáveis de que as pessoas tenham cometido os crimes de que são acusadas para dar início ao processo criminal, quando haverá coleta de provas e depoimentos das testemunhas de defesa e acusação. Só depois a Turma irá julgar se condena ou absolve os réus.

As denúncias foram recebidas nas sessões virtuais finalizadas em 4 e 10 de junho. Após mudança regimental, essas ações penais voltaram a ser de competência das Turmas, e não mais do Plenário.

Quinze denúncias foram apresentadas pela PGR no Inquérito (INQ 4921), que investiga as pessoas acusadas de instigar os ataques. Na Petição (PET 10601), foram recebidas denúncias contra dois acusados. Nas PETs 11001 e 11375, foi recebida uma denúncia em cada. Os crimes imputados são de associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico n.º 19/2024 – Processo Licitatório n.º 45/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 19/2024**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADISTA E SEGURANÇA DESARMADA, VISANDO A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DIVERSOS A SEREM PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE IRAPURU/SP, EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA**. Tipo: Menor Preço por Item. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br, www.bll.org.br e www.pncp.gov.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 18h00min do dia 18/06/2024 até as 09h20min do dia 28/06/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h30min do dia 28/06/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 09h40min do dia 28/06/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 18 de junho de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico n.º 18/2024 – Processo Licitatório n.º 44/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 18/2024**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E MÁQUINAS DE PIPOCA E DE ALGODÃO-DOCE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE EVENTOS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA**. Tipo: Menor Preço por Item. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br, www.bll.org.br e www.pncp.gov.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 18h00min do dia 18/06/2024 até as 13h20min do dia 28/06/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 13h30min do dia 28/06/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 13h40min do dia 28/06/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 18 de junho de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico n.º 17/2024 – Processo Licitatório n.º 41/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 17/2024**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE IRAPURU/SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA**. Tipo: Menor Preço por Item. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br, www.bll.org.br e www.pncp.gov.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 18h00min do dia 18/06/2024 até as 08h20min do dia 28/06/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h30min do dia 28/06/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 08h40min do dia 28/06/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 18 de junho de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

CULTURA

(Foto: Divulgação)

Museu Republicano fará exposição de retratos pintados por Tarsila do Amaral

(Foto: Divulgação)

Telas pintadas por Tarsila do Amaral (1886-1973), entre os anos 1930 e 1940, estarão em exposição no Museu Republicano de Itu, a partir do dia 4 de julho. As obras são os retratos de homens que atuaram no cenário político e religioso do passado brasileiro, com destaque para participantes da "Convenção de Itu", que foram encomendados pelo então diretor do Museu Paulista, Afonso Taunay.

Entre as obras que serão expostas em "Tarsila depois de Tarsila", cinco são ampliações à óleo de imagens fotográficas dos convencionais de Itu, garimpadas junto a seus familiares. Ou seja, nestas telas os traços estilísticos característicos da pintora são quase imperceptíveis.

"Importante notar que, mais do que a individualidade da artista, o que está em jogo são as condições estabelecidas pelo comitente", explica a curadora da exposição, Profa. Dra. Ana Paula Simioni.

Para ela, a exposição é um convite à reflexão sobre o modo com que a história da arte constrói e valoriza certas obras e períodos das produções dos artistas, calando-se propositalmente sobre outros, pois esses desafiam os discursos, as mitologias e as narrativas triunfalistas.

"Condições que até mesmo os tão badalados como Tarsila do Amaral tiveram de enfrentar em suas épocas", conclui a curadora.

A exposição ficará em cartaz até 30 de junho de 2025 e poderá ser conferida gratuitamente de terça a domingo, das 10h às 17h.

Serviço:

Exposição "Tarsila depois de Tarsila"

Onde: Museu Republicano de Itu (Rua Barão de Itaim, 67, Centro – Itu/SP)

Quando: de 4 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025

Funcionamento: de terça a domingo, das 10h às 17h

Ingresso: gratuito

Informações: 11 4023-0240 / edu.mrci@usp.br

Temporada de As Aves da Noite no Teatro Paulo Eiró começa no dia 20 de junho com ingressos gratuitos

(Foto: priscila prade/div)

O espetáculo As Aves da Noite, drama escrito por Hilda Hilst, há 55 anos, vencedor do Prêmio APCA de Melhor Espetáculo Virtual, em 2022, estreia no Teatro Paulo Eiró no dia 20 de junho, quinta-feira, às 21h, onde segue em cartaz até o dia 30 de junho, com ingressos gratuitos. A encenação, que se passa em um campo de concentração nazista, tem direção de Hugo Coelho e elenco formado por Marco Antônio Pâmio, Marat Descartes, Regina Maria Remencius, Rafael Losso, Walter Breda, Fernando Vítor, Marcos Suchara, Wesley Guindani e Heloisa Rocha.

O enredo de As Aves da Noite parte da história real do padre franciscano Maximilian Kolbe que, em um campo de concentração nazista de Auschwitz, apresentou-se voluntariamente para ocupar o lugar de um judeu sorteado para morrer no chamado "porão da fome" em represália à fuga de um prisioneiro. Segundo o diretor Hugo Coelho, "esta é uma versão contemporânea do texto de Hilda. Não é uma reconstituição de Auschwitz, partimos de Auschwitz. O espetáculo é um grito contra a barbárie, contra o fascismo que usa a violência como instrumento de ação política".

No porão da fome, a autora coloca em conflito os prisioneiros condenados a morrer na cela: o Padre, o Carcereiro, o Poeta, o Estudante e o Joalheiro, que são visitados pelo Oficial da SS, pela Mulher que limpa os fornos e por Hans, o ajudante da SS. Na montagem, eles aparecem isolados, confinados em gaiolas como um signo, uma alusão à prisão onde a história se passa. "A primeira coisa que os governos totalitários e ditatoriais fazem ao prender alguém é destituí-lo de sua dignidade e submetê-lo ao sofrimento extremado, e isso os nazistas fizeram com requintes inimagináveis de crueldade", comenta o diretor. Segundo ele, a proposta de concepção de Hilda Hilst é muito clara, colocando as personagens em estado de reflexão sobre suas próprias condições no confinamento. A leitura que a autora faz dos aspectos éticos e humanos passam por questionamentos sobre Deus, sobre o mal e sobre a crueldade.

Nos diálogos estão o embate entre a vida e o que lhes resta, os devaneios entre o desespero e o delírio. O Poeta declama como se morto estivesse, o Estudante sonha com outro tempo, o Joalheiro ainda lembra-se da magnitude das pedras, enquanto a Mulher é humilhada em sua condição inferior. O Carcereiro, mesmo sendo um condenado, ironiza a condição dos demais e os trata com escárnio; o SS os chama de porcos e os agride e menospreza, enquanto o estado de debilidade emerge da vida e da já não existência desses humanos subjugados. A montagem de As Aves da Noite busca elucidar a humanidade e densidade contida no texto, mergulhando nas possibilidades inesgotáveis do drama para emergir na poética da tragédia.

"O discurso racional não dá conta da realidade. A arte tem o papel de traduzir esse discurso como uma segunda realidade que passa pela razão, mas também pelo sensorial e pela emoção", reflete Hugo Coelho.

O cenário, que traduz o cárcere com gaiolas humanas, foi concebido pelo diretor. O figurino (de Rosângela Ribeiro) faz alusão aos uniformes de presidiários, reforçando a imagem do encarceramento. A iluminação (de Fran Barros) dá foco a cada personagem, reforça o clima denso e claustrofóbico do ambiente, privilegiando o espaço teatral. A trilha sonora, assinada por Ricardo Severo, traz uma canção original do texto que remete à tradição judaica, cantada pelas personagens, e segue a mesma orientação da iluminação.

A circulação de As Aves da Noite - que já passou pelos teatros Cacilda Becker e Arthur Azevedo e por duas unidades dos CEUs – foi viabilizada pela 17ª Edição do Prêmio Zé Renato, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. O espetáculo, idealizado pelo produtor Fábio Hilst, teve a primeira temporada apresentada virtualmente, devido à pandemia da covid-19. Foi gravado em vídeo, 80 anos após a morte de Maximilian Kolbe, exatamente no momento em que o mundo vivia uma experiência de confinamento. Kolbe morreu em Auschwitz, em 1941, e foi canonizado em 1982, pelo Papa João Paulo II. São Maximiliano é considerado padroeiro dos jornalistas e radialistas e protetor da liberdade de expressão.

Serviço

Espetáculo: As Aves da Noite

De 20 a 23 de junho - Quinta a sábado, às 21h, e Domingo, às 19h.

De 28 a 30 de junho - Sexta e sábado, às 21h, e domingo, às 19h.

23/06 (domingo) - Intérprete de Libras, audiodescrição e bate-papo com o público.

Duração: 75 min. Gênero: Drama. Classificação: 16 anos.

Na rede: @asavesdanoite.

Local: Teatro Paulo Eiró

Avenida Adolfo Pinheiro, 765 - Santo Amaro. São Paulo/SP.

Tel.: (11) 5546-0449. Capacidade: 467 lugares.

Ingressos: Gratuitos - Retirar na bilheteria 1h antes das sessões.

Ingressos antecipados: Sympla - www.sympla.com.br.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CULTURA

Exposição fotográfica no Memorial da América Latina é opção gratuita para as férias em São Paulo

No Brasil até 25 de agosto, a Exposição Wildlife Photographer of the Year – Fotógrafo de Vida Selvagem do Ano tem imagens do fascinante mundo animal

(Foto: Amit Eshel)

Em cartaz no Memorial da América Latina, a exposição Wildlife Photographer of the Year – Fotógrafo de Vida Selvagem do Ano, do Museu de História Natural de Londres, fará parte da agenda cultural da cidade de São Paulo até 25 de agosto.

Com entrada gratuita e classificação etária livre, a mostra reúne o trabalho de alguns dos melhores talentos fotográficos do mundo, com imagens que capturam o fascinante comportamento animal e a impressionante diversidade do mundo natural e é opção de atração para o período de férias.

Diretor do Museu de História Natural, Doug Gurr explica o propósito da exposição: "Estamos enfrentando crises de biodiversidade e clima, e a fotografia é um poderoso catalisador para a mudança. A exposição revela algumas das imagens mais maravilhosas da natureza, oferecendo esperança e propondo ações ao alcance dos visitantes para ajudar a proteger o mundo natural".

A mostra ocupa a Galeria Marta Traba do Memorial da América Latina e sua vinda para o Brasil é o resultado de um esforço conjunto entre Unesp – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, IQC – Instituto Questão de Ciência, FEU – Fundação Editora Unesp, e Memorial da América Latina, além do próprio Museu de História Natural.

Serviço

Exposição Wildlife Photographer of the Year – Fotógrafo de Vida Selvagem do Ano

Local: Memorial da América Latina – Galeria Marta Traba (AV. Mário de Andrade, 664 – Barra Funda)

Data: até 25 de agosto

Classificação: Livre

Ingressos: Gratuito

(Foto: Agorastos Papatsanis, "Last breath of autumn," Grécia)

Concerto gratuito com Marisa Monte e Orquestra Sinfônica da USP celebra 90 anos da Universidade

O evento apresentará os maiores sucessos da carreira da artista, que é embaixadora do programa USP Diversa para fomento às ações de permanência estudantil

A cantora Marisa Monte se une à Orquestra Sinfônica da USP (Osusp) em um concerto gratuito que celebrará os 90 anos da Universidade. O evento será realizado no próximo dia 22 de junho (sábado), a partir das 15h, e apresentará os maiores sucessos da carreira da artista em arranjos especiais para orquestra.

O concerto terá a regência do maestro André Bachur e contará com a presença de 60 músicos no palco, que será montado na Praça do Relógio da USP, marco arquitetônico da Universidade, localizado na Cidade Universitária, em São Paulo. Gratuito e solidário, o evento arrecadará alimentos não perecíveis e agasalhos para serem doados para a Central Única das Favelas (Cufa).

O público poderá conferir músicas de diversos períodos da carreira da cantora, como Vilarejo; Ainda bem; Beija eu; Magamalabares; Infinito particular; Gentileza; Amor I love you; Carnavália; Maria de verdade; A sua; e Feliz, alegre e forte. Marisa Monte e sua banda não vão cobrar cachê.

No dia do concerto, as portarias da Cidade Universitária estarão abertas para recebimento do público e o evento contará com estrutura de food trucks, pontos de hidratação e sanitários.

(Foto: Divulgação)

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CIDADES

Prefeitura inicia obras de requalificação na rua Santa Ifigênia e institui o Projeto Ruas Temáticas em toda a cidade

___ Objetivo será melhorar a circulação de pedestres na via conhecida como "Rua dos Eletrônicos"; nova legislação permite que mais ruas comerciais recebam melhorias

Em nova ação para a recuperação de espaços públicos e incentivo à mobilidade ativa, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e da SP Urbanismo, iniciou, no último dia (12), as obras de requalificação da rua Santa Ifigênia, no distrito da República. A via também conhecida como Rua dos Eletrônicos receberá novas calçadas e espaços de permanência para a população no âmbito do Ruas Temáticas.

Atendendo um pedido da Associação dos Lojistas da Santa Ifigênia, as obras serão executadas em fases. A primeira delas será iniciada nesta quarta-feira entre a Avenida Cásper Líbero e Avenida Ipiranga e terá duração de 120 dias. As outras quadras, que incluem o trecho entre a Avenida Ipiranga até a Avenida Duque de Caxias, terão as obras executadas na sequência. As obras para todo o perímetro serão concluídas em até 1 ano. O custo total estimado é de R$ 7 milhões, com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB).

Ao longo de toda a extensão da via serão requalificadas e ampliadas as calçadas com arborização; criados espaços de permanência e instalados novos mobiliários urbanos; elevadas as faixas de pedestres nos cruzamentos com foco na segurança viária; qualificada a acessibilidade com a instalação de sinalização tátil e modernizado o sistema de drenagem com a criação de novas bocas de lobo e substituição das sarjetas.

O objetivo da ação é tornar a Rua Santa Ifigênia mais atrativa, segura e confortável para moradores da região e frequentadores, incluindo a grande quantidade de turistas que visitam o local.

Em colaboração com os comerciantes locais, o projeto de requalificação foi apresentado e debatido entre a Prefeitura e os lojistas. Essa interação fortaleceu o diálogo e ampliou a cooperação entre poder público e sociedade civil.

A SP Urbanismo elaborou os projetos da Rua Sta Ifigênia, entregues no começo de junho. A partir de agora, a execução da obra também é de responsabilidade da empresa municipal.

No mesmo sentido, a Prefeitura também vai requalificar outras vias da região central no escopo do Projeto Ruas Temáticas. A Rua General Osório (Rua das Motos) possui obras em andamento. Para as ruas São Caetano (Rua das Noivas), Paula Souza (Rua das Cozinhas) e Florêncio de Abreu (Rua das Ferramentas) a SP Urbanismo está elaborando os projetos.

Criação do Projeto Ruas Temáticas

A Prefeitura também assinou, nesta quarta-feira (12), o decreto que cria o Projeto Ruas Temáticas. Com a regulamentação, ruas comerciais de toda a cidade - temáticas ou não - poderão receber intervenções que estimulem a economia local, promovam o turismo e ofereçam espaços públicos mais dinâmicos e seguros. A Prefeitura poderá promover parcerias com entidades que representam os comerciantes para a implantação e manutenção das intervenções.

Uma Comissão Intersecretarial coordenada pela Casa Civil definirá a metodologia para a prospecção e escolha das vias. A São Paulo Urbanismo será responsável pela elaboração dos projetos e da agenda participativa.

Por que Rua dos Eletrônicos?

A rua Santa Ifigênia é conhecida por concentrar uma grande variedade de lojas de produtos eletrônicos, itens de informática, videogames e celulares.

O nome da rua se deve a atual Igreja de Santa Ifigênia, que está construída no lugar de uma das mais antigas capelas da cidade, a Capela de Nossa Senhora da Conceição. A história da via data de 1810, quando ela foi aberta pelo advogado e Marechal José Arouche de Toledo Rendom. Logo ela se tornou ponto de encontro da elite paulistana e passou a ser frequentada por pessoas famosas. A sua vocação comercial ganhou força já naquele período com a presença de lojas de tecidos e chapéus femininos. O comércio popular se instalou na Santa Ifigênia em 1930 e o de eletrônicos ganhou espaço nos anos 1940.

(Foto: Divulgação)

CHUVAS NO RS - Mais de 3,1 mil imóveis prontos já foram cadastrados para atender famílias afetadas pelas enchentes

___ Após aprovação de documentos e inspeção física, as unidades habitacionais serão disponibilizadas às famílias selecionadas. Cadastramento de imóveis é realizado pelo site www.caixa.gov.br/reconstrucao

(Foto: Divulgação)

Em cinco dias no ar, o site para cadastramento de imóveis prontos que serão adquiridos pelo Governo Federal para doação às famílias afetadas pelas enchentes do Rio Grande do Sul já registrou um total de 3.174 unidades habitacionais, sendo 2.667 identificados como estoque de construtoras e linhas de subsídio habitacional e 507 de pessoas físicas.

Todas as etapas do processo são realizadas pelo endereço caixa.gov.br/reconstrucao. A CAIXA fará a análise da documentação e avaliação física de cada imóvel. Se aprovado, ficará disponível para as famílias selecionadas pelos entes públicos locais.

A aquisição de moradias prontas para famílias desabrigadas do Rio Grande do Sul foi viabilizada por meio de portaria do Ministério das Cidades publicada no Diário Oficial da União de quinta-feira, 5 de junho. Os imóveis serão destinados para famílias das faixas 1 e 2 do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com renda mensal de até R$ 4.400,00.

A portaria, em caráter excepcional para o estado gaúcho, instituiu novo procedimento no programa habitacional do Governo Federal. É a primeira vez que o MCMV fará a aquisição de imóveis prontos. A medida busca agilizar o atendimento às famílias desalojadas.

Essas unidades habitacionais serão adquiridas pela linha de atendimento de provisão subsidiada em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) em decorrência do Estado de Calamidade Pública ou Estado de Emergência ocorrido no Grande do Sul, nos termos do disposto no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024. O limite do valor de compra e venda será de até R$ 200 mil por imóvel.

Conforme a portaria do Ministério das Cidades, para ser adquirida pela União, a unidade habitacional nova ou usada terá que cumprir os seguintes requisitos: condição de habitabilidade; estar localizada no Rio Grande do Sul em área não condenada pelo órgão municipal de Defesa Civil; possuir registro junto ao cartório de registro de imóveis; estar livre e disponível para alienação e desembaraçada de quaisquer ônus e gravames; e possuir regularidade urbanística e edilícia. Também será admitido o cadastramento de unidade habitacional nova com obras em execução desde que esteja concluída e legalizada para entrega em até 120 dias a partir da data do seu ingresso no sítio eletrônico.

Além disso, poderão ser ofertadas unidades habitacionais produzidas com recursos FAR, no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) ou do MCMV, que estejam ociosas.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CIDADES

São Paulo vira sede mundial para debate internacional sobre meio ambiente, segurança alimentar e habitação

___ Durante semana de eventos, haverá debates e ações de conscientização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

(Foto: Divulgação)

A cidade de São Paulo será sede mundial para debate internacional entre prefeitos e autoridades de 38 cidades dos 20 países com as maiores economias do mundo, conhecidos como G20. Entre os dias 17 e 23 de junho, a Prefeitura receberá o "Fórum Urbano de São Paulo", uma agenda de grandes eventos internacionais realizados por meio da Secretaria Municipal de Relações Internacionais.

O Brasil assumiu a presidência rotativa do G20 pela primeira vez em 1º de dezembro, com mandato de um ano, e realiza 130 reuniões nas cinco regiões do país nesse período.

O G20 reúne as 19 maiores economias do mundo, a União Europeia e, a partir deste ano, a União Africana. A lista é composta por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, União Europeia, representada pelo presidente da Comissão Europeia e pelo presidente do Conselho europeu, e União Africana. O grupo responde por cerca de 85% do PIB mundial, 75% do comércio internacional e dois terços da população mundial.

Entre os eventos programados dentro do Fórum Urbano realizado em São Paulo, estão a Cúpula de Prefeitos do Urban20, a Reunião do Conselho Executivo de Metropolis, o Congresso Mundial do ICLEI, a Reunião do Conselho de Mercocidades e a Virada ODS.

A semana de eventos também tem o papel de promover debates e ações de conscientização popular sobre temas como sustentabilidade, economia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) - com destaque para a Virada ODS, já em sua terceira edição e considerada pela ONU a maior ação pública local de conscientização e engajamento em prol da Agenda 2030.

A série de eventos também deve fortalecer as relações bilaterais e multilaterais entre cidades globais, promover parcerias e investimentos, além de possibilitar importantes trocas de experiências e cooperações para elaboração de políticas públicas centradas no desenvolvimento das cidades.

Confira a agenda oficial do Fórum Urbano de São Paulo:

17 e 18 de junho: Cúpula do Urban 20

A cúpula do Urban 20 é um grupo de engajamento do Grupo dos 20 (G20), um fórum internacional de alto nível para cooperação econômica formado pelos Chefes de Estado, ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias mundiais + União Europeia, e presidido pelo Brasil em 2024. O evento reunirá os prefeitos de 38 cidades para promover a diplomacia urbana entre cidades de países que participam do G20 para discutir, planejar ações e realizar trocas de experiências e boas práticas, além de favorecer novos negócios e a cooperação internacional entre os municípios.

O encontro é o momento em que as autoridades de alto nível se encontram para discutir o comunicado e demais mensagens das cidades para seus governos, e reforça o papel de governos locais como líderes econômicos e políticos mundiais.

18 a 20 de junho: Reunião do Conselho Administrativo de Metropolis

A Associação Mundial das Grandes Metrópoles (Metropolis) reunirá seu Conselho Administrativo na cidade de São Paulo, que exerce mandato no órgão diretivo, desde 2020, e é vice-presidente regional para a América Latina e o Caribe no período 2024-2026. Dos 151 governos locais de áreas metropolitanas da associação mundial, 35 são eleitas para formar o Conselho, que é responsável pelo planejamento estratégico e tomada de decisões da rede. Vinculada à rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e com sede em Barcelona, Metropolis tem o objetivo de criar alianças entre governos metropolitanos para discutir temas comuns às grandes regiões urbanas do mundo.

Além de agendas estatutárias, a reunião do Conselho terá visitas técnicas a boas práticas de São Paulo no campo da habitação, tema central do evento que buscará discutir desafios e soluções globais para oferecer moradia digna e acessível em grandes centros urbanos. Prefeitos, prefeitas e demais representantes vão trocar experiências no tema "Em casa na metrópole: proporcionando habitação decente e acessível".

18 a 21 de junho: Congresso Mundial do ICLEI

A cada três anos, a rede internacional ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade) promove o Congresso Mundial da rede com a finalidade de apresentar o avanço das cidades e regiões associadas em relação ao desenvolvimento urbano sustentável. O evento internacional conecta governos locais e regionais com seus pares e parceiros estratégicos, além de fornecer uma plataforma de discussões para informar e aprimorar seus trabalhos. A programação conta com diálogos estratégicos de alto-nível, bem como visitas técnicas, workshops e múltiplas oportunidades de networking. A Cidade de São Paulo sediará o Congresso Mundial do ICLEI em 2024, a ser realizado no Pavilhão das Culturas Brasileiras (PACUBRA) no Parque Ibirapuera.

21 e 22 de junho: Reunião do Conselho de Mercocidades

Encontro do órgão superior de administração e alta direção de primeira instância da rede, que é composta por até oito cidades-membro de cada país membro do MERCOSUL e da UNASUL.

A reunião acontecerá no Inspira Sampa, e, como parte de sua programação, apresentará agendas em conjunto com a Virada ODS, fortalecendo a proposta de criação do Dia Regional de Ação pelos ODS. Esta iniciativa visa a internacionalização de uma política pública da Cidade de São Paulo, a Virada ODS, promovendo a troca e o fortalecimento de boas práticas, e a municipalização da Agenda 2030 nas cidades-membro da rede.

22 e 23 de junho: Virada ODS

Já em sua 3ª edição, a Virada ODS é um evento intersecretarial realizado pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI). Seu intuito é engajar a população através de ações em torno dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

Com feira de expositores, serviços à população, Hackaton, shows e intervenções artísticas, é a primeira e maior programação no mundo voltada para o tema em nível municipal. Desde a sua primeira edição, o evento teve um notável aumento da participação popular, atingindo mais de 11 mil pessoas em 2023. Para 2024, a Prefeitura de São Paulo espera alcançar números ainda maiores de público, aproximando cada vez mais a população dos ODS.

O evento acontecerá na Praça das Artes e no Vale do Anhangabaú.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676